

RELATÓRIO DE GESTÃO SEFAZ

2024

Janeiro - Dezembro



SECRETARIA
DA FAZENDA - SEFAZ



RECEITA ESTADUAL

A Arrecadação Fiscal do Estado do Piauí, considerando o valor bruto acumulado de janeiro a dezembro, apresentou crescimento de 14,20% em relação a 2023, que corresponde a R\$ 2,104 bilhões, conforme a **tabela 1**.

Tabela 1. Desempenho da Receita Tributária Própria e do FPE - 2023-2024 (R\$ milhares)

Receita	Janeiro a Dezembro					
	2023	2024	Δ % 24/23	Δ R\$ 24/23	Participação 2023	Participação 2024
Receita Tributária Própria (RTP)	7.842.413	8.931.446	13,89%	1.089.033,00	52,90%	52,76%
FPE	6.982.046	7.997.592	14,55%	1.015.546,00	47,10%	47,24%
Total	14.824.459	16.929.038	14,20%	2.104.579	100%	100%

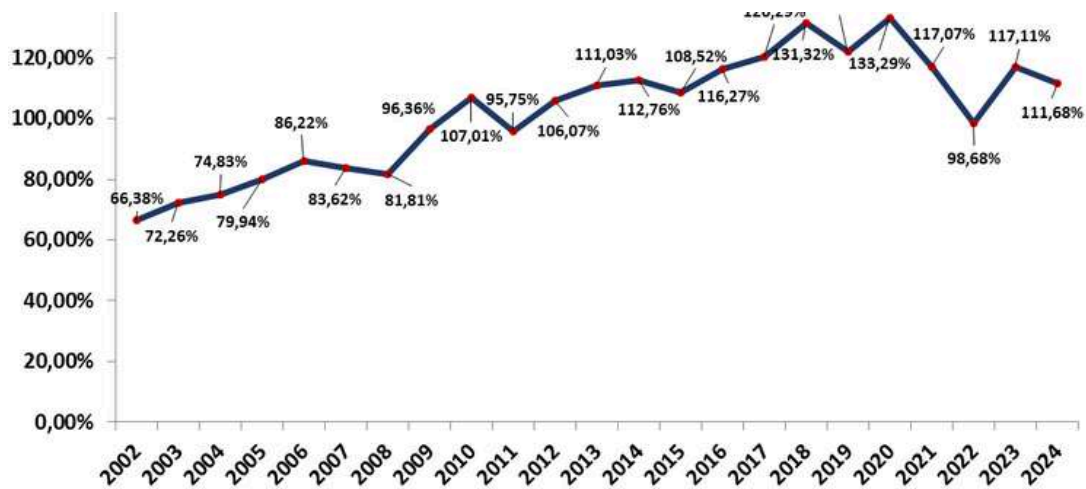
Fonte: SEFAZ PI - UNICAD/Sistema Integrado de Administração Tributária-SIAT.

O Fundo de Participação dos Estados – FPE apresentou um incremento de 14,55% quando comparado ao mesmo período de 2023. Diferente do comportamento observado no último ano para o período de julho a novembro; o FPE realizado em 2024 segue uma trajetória de crescimento nominal e consistente em todos os meses, frente aos períodos correspondentes do ano anterior.

No que se refere à Receita Tributária Própria - RTP (ICMS, IPVA, ITCMD, TAXAS e OUTROS), o percentual de incremento ficou em 13,89%. A RTP detém uma contribuição importante durante o ano de 2024, ilustrada por um crescimento acumulado na arrecadação de ICMS superior a 14%, ainda com reflexo parcial da edição da Lei Complementar Estadual nº 269/2022 que elevou alíquota modal para 21% com efeito a partir de abril de 2023.

O Gráfico 1 apresenta a relação entre arrecadação própria e o FPE, no período de 2002 a 2024. No presente exercício, a receita tributária própria registrou 111,68% do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE. No ano passado o índice foi de 117,11%, considerando o período de janeiro até dezembro. Esse desempenho revela uma tendência de estabilização entre o peso da receita bruta de FPE e da receita tributária própria.

Gráfico 1 – Razão entre a Receita Tributária Própria e o FPE 2002-2024



O Gráfico 2, por outro lado, evidencia a evolução dos valores brutos, em milhares, arrecadados no período de 2002 a 2024.

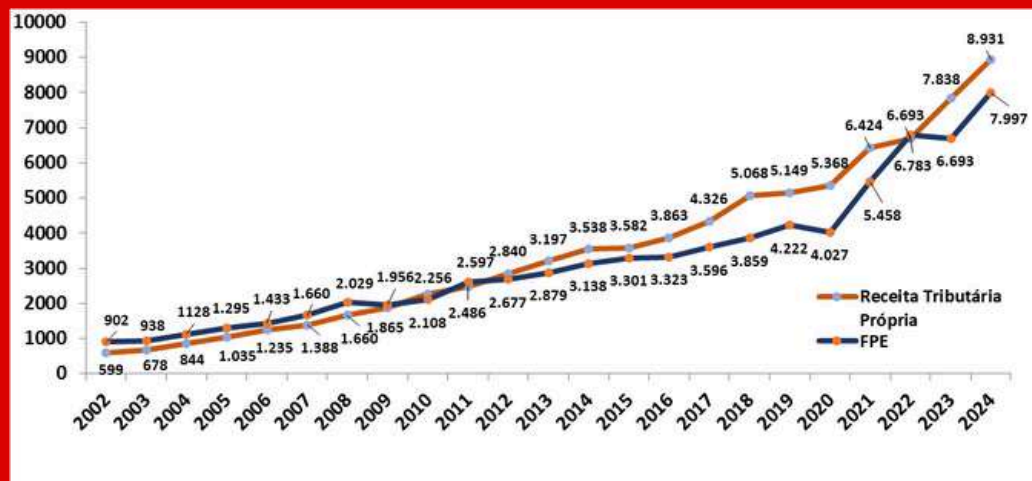
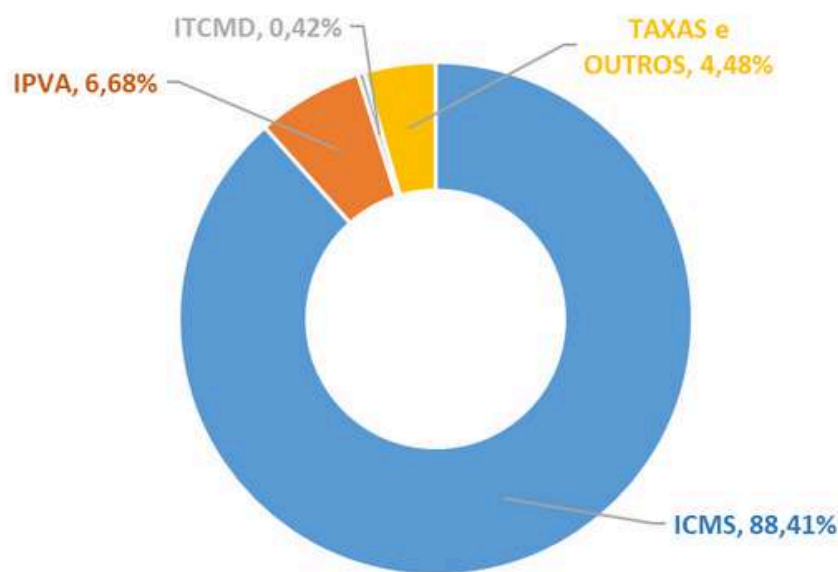


Gráfico 2 – Evolução da Receita Tributária Própria e do FPE 2002-2024

O gráfico 3, abaixo, evidencia a supremacia do ICMS no bolo da receita tributária do Estado, com 88,41% de participação em 2024. Vale anotar que essa participação em 2023 foi de 87,60%, o que revela um aumento de 0,81 pontos percentuais. O grupo TAXAS e Outros, por sua vez, apresenta uma diminuição de 0,31 pontos percentuais em relação a 2023.

Gráfico 3 – Participação dos Tributos na Arrecadação Própria em 2024



Fonte: BI/Sefaz

Equilíbrio Fiscal

Gráfico 4 – Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida

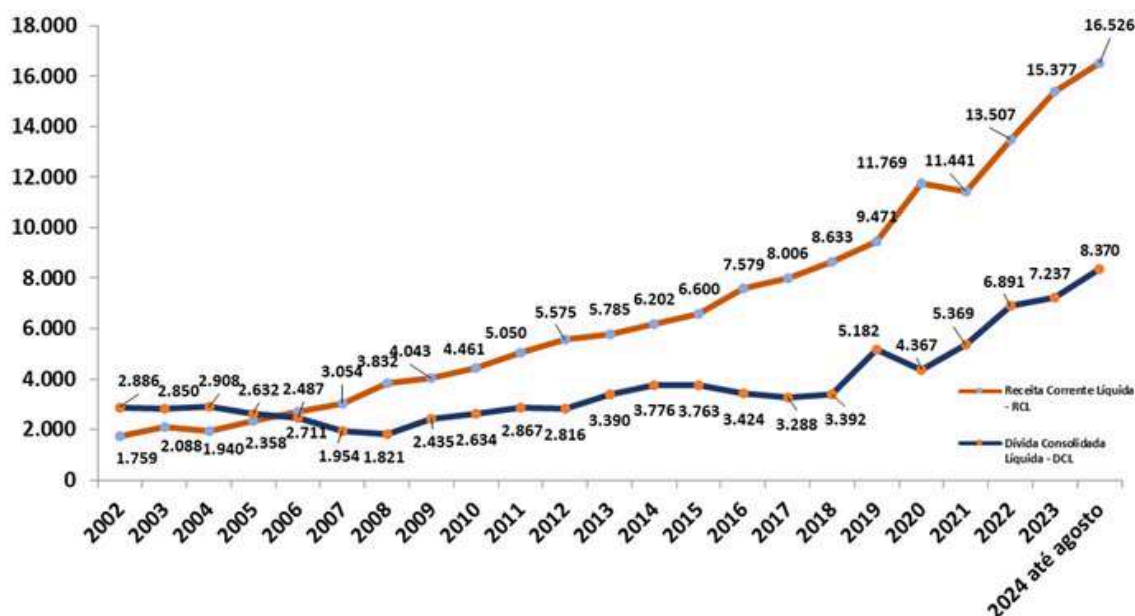
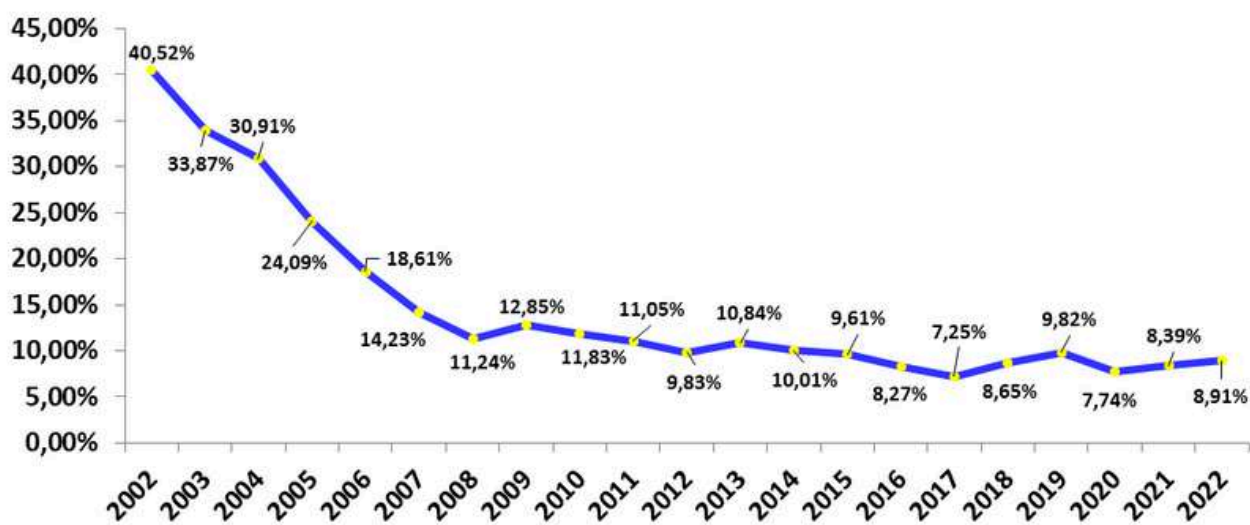


Gráfico 5. Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e o PIB



Projeção de crescimento do PIB nacional para 2025 em 2,06%. Trata-se da variação PIB estimada no Boletim Focus (BCB) publicado em 24/01/2025.

PIB 2022 do Piauí disponibilizado pelo IBGE com montante R\$ 72,8 bilhões, com manutenção do peso de 0,7% na economia do país, e variação real anual de 6,2% (maior do Nordeste) pelo segundo ano consecutivo.

- CAPAG B (última avaliação oficial disponível)
- Capacidade de Endividamento em 2024: 2 vezes a RCL = 34,36 bilhões - DCL = 10,75 bilhões = 23,61 bilhões (Margem para novas operações de crédito)
- Pagamento da Folha de Pessoal dentro do mês e reajuste salarial de 5,35% concedido em 2024.

TESOURO ESTADUAL

O Piauí se destacou nos últimos anos pela sua eficiência administrativa, o que vem garantindo o equilíbrio financeiro das contas públicas. A Secretaria da Fazenda do Piauí apresentou no exercício de 2024, o Balanço Geral do Estado e todos os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) dentro dos prazos e limites estabelecidos, o que demonstra o compromisso do Governo em atender as normas estabelecidas, prestando contas sobre a arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Conforme os últimos dados publicados, dentre os resultados fiscais obtidos pelo Estado do Piauí até o 3º quadrimestre de 2024, destacam-se os índices de despesa com pessoal, dívida consolidada, saúde e educação que cumpriram os requisitos legais. Conforme o Relatório resumido da execução orçamentária (RREO), o Estado além de cumprir com o índice constitucional com a saúde e educação, também cumpriu as metas estabelecidas na LDO para os Resultados Primário e Nominal no ano de 2024. No Relatório do 6º bimestre, na saúde, por exemplo, atingiu o limite de 13,76%, sendo o limite constitucional mínimo de 12%.



O Piauí adotou um modelo de política fiscal que possibilitou maior controle do gasto público, aumentando assim a transparência da gestão. Na área do gasto público, a Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PI/SUTESP) aprimorou a execução do orçamento, automatizando procedimentos rotineiros e utilizando um fluxo de contratação do Estado de forma a garantir a execução das prioridades do Estado para os investimentos públicos.



Da esquerda para a direita, o diretor da Unidade de Controle Contábil (UNICON), Bruno Cardoso, o superintendente do Tesouro Estadual (SUTESP), James Lane, e o diretor da Unidade de Gestão e Programação do Gasto Público (UNIGGP), Marcos Milanêz.

O investimento em tecnologia foi um dos motivos que modernizaram a gestão administrativa e fiscal. O moderno Sistema de Administração Financeira do Estado (SIAFE-PI) vem propiciando o maior controle da gestão das finanças do Estado. O sistema SIAFE-PI está sendo aperfeiçoado cada vez mais com o desenvolvimento e a aquisição de novos módulos de integração com outros sistemas. É composto pelos módulos de Planejamento, Execução Contábil e Financeira, patrimônio, fluxo de caixa, e folha de pagamento, e em fase de implantação o módulo de contratos.

Em vista do aperfeiçoamento tecnológico, o Piauí foi destaque na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Desta vez foi no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, em que o Estado ocupa a 3ª posição no Nordeste. Além disso, o Piauí, juntamente com outros 9 estados, são os únicos a terem classificação A desde 2023. O Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal é uma iniciativa da Secretaria do Tesouro Nacional que foi criada para avaliar a consistência da informação que o Tesouro recebe por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi – e, conseqüentemente, disponibiliza para acesso público.

A folha de pagamento que era registrada de forma manual, passou a ser automatizada. Trata-se de um grande progresso no processo de execução orçamentária do Estado, pois a automatização aumentou o grau de fidedignidade das demonstrações contábeis e, com isso, a transparência das informações da gestão fiscal e prestação de contas à sociedade. Prova disso é que, nos últimos dois anos, a Secretaria do Tesouro Nacional tem classificado o Piauí com a nota A. Além disso, a melhoria na qualidade da informação contábil tem contribuído para que o Estado tome decisões mais assertivas, permitindo manter as contas em dia, inclusive o avanço iniciado no ano de 2021 e mantido até 2024 com o pagamento dos salários dos servidores do Estado do Piauí em dia.



Piauí é o primeiro Estado a lançar um sistema integrado de Fluxo de Caixa, 100% online. O sistema Fluxo é o meio que evidencia o trabalho na conta única do Estado, referente aos dados históricos das movimentações financeiras, deliberação diária quanto aos pagamentos a serem realizados e ainda acerca do planejamento futuro das receitas e despesas do Piauí.

Uma vez que a ferramenta é inédita, os conceitos, associações lógicas e regras de negócio, relativos ao fluxo de caixa, foram desenvolvidos internamente, pelo próprio Tesouro Estadual, por meio de um profundo estudo do comportamento de todas as origens de recursos e gastos que transitam pela conta única do Estado. Além disso, as informações foram agrupadas e dispostas a permitir que a gestão estadual atue em um ambiente centralizado, guiado pela automação de dados, projeção de cenários e análise de dashboards.

Uma das vantagens é a agilidade para a tomada de decisão: ao fornecer informações atualizadas em tempo real, o dashboard ajuda os gestores a tomar decisões mais rápidas e embasadas, melhorando a eficiência operacional na área do Tesouro Estadual. Por conta desse modelo avançado de gestão financeira no Piauí, outros Estados do país estão procurando a SEFAZ-PI para conhecerem o funcionamento do fluxo de caixa do Piauí. Esse reconhecimento é importante porque demonstra que estamos no caminho certo, modernizando nossos sistemas, seja na área do fluxo de caixa ou visando uma melhor organização da folha de pagamento”, disse o secretário estadual da Fazenda, Emílio Júnior.

Um dos últimos módulos implantado também é o Módulo de Controle Contábil Patrimonial-Alpa que tem como objetivo garantir maior controle e gestão dos bens móveis do Estado. O objetivo é assegurar maior transparência e controle patrimonial que deverá ser expandido para os bens imóveis e o almoxarifado.

Em 2024 foram realizadas contratações de novas operações de crédito para investimentos em diversas áreas.

PRO 7 - BB: Investimentos nas áreas de infraestrutura de transportes (rodovias e outros modais), mobilidade urbana, obras de urbanização, segurança pública, saúde, infraestrutura hídrica e aporte de capital para empresas estatais ou sociedades de economia mista, integrantes do Plano Plurianual e do Orçamento Geral do Estado. R\$ 2 bilhões de reais.

PSI/FIDA: US\$ 18 milhões de dólares em apoio ao Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé estado do Piauí - Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI).

PSI/BID: US\$ 100 milhões de dólares em apoio ao Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé estado do Piauí - Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI).

PROGESTÃO: Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Piauí - PRO GESTÃO PIAUÍ: US\$ 50 milhões de dólares

IPF 2: financiamento do Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social II.US\$50 milhões de dólares.

PDH: Programa de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-COVID19 no Piauí(US\$50 milhões de dólares)

PROTRANSPORTE 2 (CEF): No âmbito do Pró-Transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e Mobilidade Urbana, nos termos da Resolução CMN n.º 4.995 de 24/03/2022 e suas alterações, destinados à aquisição de composições ferroviárias, tipo VLT, para a cidade de Teresina/PI.(R\$ 97 milhões de reais).

PRO 8 (BB): destinados a investimentos nas áreas de infraestrutura de transportes (rodovias e outros modais), mobilidade urbana e obras de urbanização, segurança pública, saúde, infraestrutura hídrica, aporte de capital para empresas estatais ou sociedades de economia mista, transformação digital e outras ações, com foco no desenvolvimento social e econômico (R\$ 401milhões de reais). E PRO 9 com investimento de R\$ 730 milhões de reais.

Investimentos tiveram aumento significativo

Um grande avanço para o Estado foi a aplicação de recursos na área de investimentos. Em 2024 o Governo do Estado destinou cerca de R\$ 2,8 bilhões de reais no setor, sendo cerca de R\$ 370 milhões somente na fonte do Tesouro Estadual, o que propiciou alavancar ainda mais o desenvolvimento do Estado, aplicados em benefícios para a população.

Os dados sobre os investimentos feitos pelo Estado estão publicados e disponibilizados para acesso público nos Relatórios emitidos pela Secretaria da Fazenda.

Foram investidos recursos em obras como estradas, hospitais e unidades de saúde, veículos, aeroporto, presídios, pontes, investimento no porto, ferrovias, sistemas de esgoto e de abastecimento de água, sistemas de abastecimento de energia, além de diversas outras obras, e também em equipamentos como aparelhos e utensílios médicos, aparelhos e equipamentos para esportes e diversões, equipamento de proteção, segurança e socorro, máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários, equipamentos de processamento de dados, equipamentos de tecnologia da informação, bem como inúmeras outras aquisições visando o bem estar da população e o desenvolvimento do Estado.

O Governo publicou resolução que visa revisão de gastos, priorizando investimentos que beneficiam a população em curto prazo. A Comissão de Gestão Financeira e por Resultados (CGFR) publicou a Resolução N° 004/2024, que visa o estabelecimento do Programa de Revisão de Gastos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual para os exercícios de 2024 e 2025. A revisão dos gastos visa financiar novas prioridades que estão mais compatíveis com as metas de curto prazo estabelecidas pelo Governo Estadual, aquelas despesas que realmente são necessárias para atender, em um curto prazo, às demandas prioritárias da população piauiense.

Investimentos e conclusão de obras

Até dezembro de 2024, o **Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil (PROFISCO)** registrou um total de R\$ 40.200.977,46 em investimentos, distribuídos em diversas frentes como obras, aquisição de bens, consultorias, capacitação e serviços gerais.

Este investimento tem como objetivo aprimorar a infraestrutura, a capacitação e os recursos tecnológicos, garantindo a modernização da Secretaria de Fazenda.

Principais Áreas de Investimento e Conclusão

1. Obras - R\$ 4.256.849,73

Os gastos com obras incluíram melhorias e construções em postos fiscais e prédios administrativos:

Posto Fiscal da Tabuleta: Investimento em melhorias na infraestrutura.

Posto Fiscal Jorrante (Uruçuí): Obra concluída, reforçando o sistema de controle fiscal na região.

Prédio Sede: Reformas e aprimoramentos.

Construção do prédio anexo (UNITEC): Concluído, destinado a suportar a área tecnológica.



2. Aquisição de Bens - R\$ 10.113.646,36

Para aprimorar o suporte técnico e a fiscalização, foram investidos mais de R\$ 10 milhões em itens essenciais:

Licenças e Postos Fiscais Móveis: Facilitando a atuação em locais variados e de difícil acesso, trazendo acessibilidade.

Equipamentos de Informática: Inclui computadores, monitores e notebooks, essenciais para as operações digitais, que são cada vez mais importantes no cenário atual.

Firewall e ativos de rede (switches): Reforçando a segurança e o desempenho da rede.

3. Consultorias Especializadas - R\$ 9.243.222,34

Consultorias contratadas trouxeram conhecimento especializado para áreas críticas:

Gestão de Investimentos Públicos e Consultoria Modelo Fisco Contábil: Buscando tornar cada vez mais eficiente a administração de recursos.

Revisão e Metodologia de Cobrança Administrativa: Para aperfeiçoar processos de arrecadação.

Consultoria Plataforma EAD e Plano Diretor de Comunicação: Suporte ao treinamento e comunicação.

Modelo do Marco Orçamentário de Médio Prazo:
Contribui para o planejamento financeiro a longo prazo.

4. Serviços Gerais (Não Consultoria) - R\$ 15.273.843,50

Esses serviços incluem despesas com manutenção e apoio às operações administrativas, garantindo a continuidade das atividades essenciais da Secretaria.

5. Capacitação - R\$ 1.313.415,53

Destinado à qualificação de profissionais:

MBA em Engenharia de Software e MBA em Gestão Pública Fazendária: Formação voltada para o avanço técnico e administrativo.

Mestrado Profissional em Administração Pública e Pós em Análise de Dados: Preparando os servidores para novas demandas de gestão e análise de dados.

Programa de Gestão Avançada e Assinatura de plataformas de cursos: Apoio ao desenvolvimento contínuo dos profissionais da Secretaria.

Conclusão

Os investimentos realizados até agora pelo PROFISCO 2024 refletem o compromisso com a modernização dos serviços da Secretaria de Fazenda, com obras importantes concluídas e avanços significativos em infraestrutura e tecnologia.

DESTAQUES DO ANO

Sefaz-PI é o 1º órgão a ofertar identificação digital no Gov.Pi



Servidores da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PI) podem, desde março, obter o cartão funcional do servidor fazendário na página Gov.Pi Cidadão (pidigital.pi.gov.br).

A carteira funcional é identificação oficial dos servidores fazendários e deve ser apresentada quando do exercício de suas prerrogativas legais inerentes aos cargos ocupados. O documento possui nome do servidor, CPF, matrícula, data de admissão e cargo.

Governo disponibiliza aplicativo Nota Fiscal Fácil

A Sefaz-PI disponibiliza, desde abril, o aplicativo Nota Fiscal Fácil (App NFF) para facilitar a emissão da nota fiscal para os Microempreendedores Individuais (MEI), contribuintes do Simples Nacional e transportadores autônomos. Além de tornar mais simples o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos (DFE) para esses contribuintes, o aplicativo é seguro e totalmente gratuito.

ATENÇÃO + + +

MEI

MICOEMPREENDEDOR INDIVIDUAL!

Disponível para download

QR Code for App Store

QR Code for Google Play

ENTRAR COM OUV BR

Já pensou emitir **notas fiscais** diretamente do seu celular?

Agora isso é possível por meio do **App NFF**. Uma forma **segura, rápida e simples** para emissão de suas vendas. E o melhor, **TOTALMENTE GRATUITA**.

SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ

GOVERNO DO PIAUI

O contribuinte pode baixar o aplicativo, inclusive por meio do QR Code, para começar a utilizar a ferramenta e poder emitir suas notas fiscais diretamente do celular, seja a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

O aplicativo Nota Fiscal Fácil está liberado para as Lojas Android e IOS. Para disponibilizar o aplicativo, a secretaria estadual da Fazenda aderiu ao programa nacional Nota Fiscal Fácil, desenvolvido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Secretaria lança programa Inova Sefaz

Em abril de 2024, a Sefaz lançou o Programa de Inovação - Inova Sefaz, com o objetivo de estimular ideias inovadoras e melhorias internas em processos, metodologias e serviços.



Os projetos selecionados foram os seguintes: 1) Posto Fiscal Verde (UNIGEST); 2) Automatização do controle de monitoramento do PROFISCO II/PROGESTÃO (UNIGEP); 3) Agenda da Escola Fazendária (UNIGDP); 4) Melhoria na gestão dos cursos da Escola Fazendária (UNIGDP); 5) Posto Fiscal Eletrônico (UNITRAN); e 6) Autocadastro de usuários do SIAFE-PI (UNICON)

Todos os projetos selecionados têm o propósito de aprimorar o ambiente de trabalho, a gestão e os serviços oferecidos pela Sefaz-PI, com impacto direto na melhoria da receita, controle das despesas e fortalecimento da transparência.

Inauguração do prédio anexo da Sefaz

Foi inaugurado em maio desse ano o Anexo da Secretaria da Fazenda (Sefaz), prédio moderno, de três pavimentos, com área total de 1.341,12 metros quadrados, localizado no Centro Administrativo.



O novo ambiente de trabalho abrigou o gabinete e as superintendências durante a reforma do prédio sede da Sefaz, no Centro Administrativo. Depois passou a ser a sede da Unidade de Tecnologia da Informação (UNITEC), sendo um local mais seguro para abrigar a TI do fisco estadual, ou seja, do órgão responsável pela arrecadação, investimento e controle dos recursos públicos.

Na ocasião, também foram entregues viaturas, sendo quatro postos fiscais móveis, para melhorar o trabalho da fiscalização, assim como equipamentos, a exemplo dos drones e impressoras. Além de melhorar o trabalho da fiscalização itinerante, os veículos também serão usados em feiras, exposições e eventos, visando facilitar o acesso

dos contribuintes aos documentos fiscais nesses locais.



Tanto a obra do anexo da Sefaz-PI como a entrega das viaturas e equipamentos foram realizadas com investimentos de recursos do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil (PROFISCO I). Trata-se de um prédio amplo e moderno, com elevador, climatização em todos os ambientes e um sistema de combate a incêndio, com hidrantes e detecção de fumaça, além de banheiros adaptados para acessibilidade.



Piauí é 1º Estado a lançar Fluxo de Caixa 100% online

O Sistema de Fluxo de Caixa do Piauí foi o primeiro do país a operar 100% online, integrado ao Sistema de Administração Orçamentária e Financeira do Estado e ainda alimentado por dados bancários.

Esse sistema Fluxo, apresentado em maio desse ano, é o meio que evidencia o trabalho na conta única do Estado, referente aos dados históricos das movimentações financeiras, deliberação diária quanto aos pagamentos a serem realizados e ainda acerca do planejamento futuro das receitas e despesas do Piauí.



Vale ressaltar que os conceitos, associações lógicas e regras de negócio, relativos ao fluxo de caixa, foram desenvolvidos internamente, pelo próprio Tesouro Estadual, por meio de um profundo estudo do comportamento de todas as origens de recursos e gastos que transitam pela conta única do Estado.

Além disso, as informações foram agrupadas e dispostas a permitir que a gestão estadual atue em um ambiente centralizado, guiado pela automação de dados, projeção de cenários e análise de dashboards.

Nota máxima em Qualidade das Informações Contábeis e Fiscais

O Estado do Piauí obteve, pelo segundo ano consecutivo, a nota máxima (A) no Ranking da Qualidade das Informações Contábeis e Fiscais no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em junho de 2024, com o objetivo de avaliar a qualidade da informação e a consistência dos relatórios e demonstrativos contábeis e fiscais.



Esse resultado avalia como positiva a qualidade da informação e a consistência dos relatórios e demonstrativos contábeis e fiscais que o Estado do Piauí, a exemplo de outros entes federativos, apresenta ao Tesouro Nacional.

Em 2023, o Piauí também obteve nota A em relação às referidas informações prestadas ao Tesouro Nacional.

Sefaz combate sonegação fiscal em Operações



A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Piauí (SSP/PI), por meio da Superintendência de Operações Integradas (SOI), realiza em todo território piauiense a “Operação Rastreados”, em parceria com a Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ-PI). E ainda participa das Operações Interditados, que objetiva combater o comércio ilegal de aparelhos celulares provenientes de roubo e furto, além de desarticular redes de receptação qualificada.

A Operação Rastreados tem conseguido desarticular redes criminosas envolvidas na receptação qualificada de veículos roubados ou furtados, reforçando o compromisso do Governo com a ordem pública e a segurança dos cidadãos.

Durante as 10 etapas das Operações Rastreados e Interditados que a Sefaz participou, foram realizadas diversas restituições de veículos aos seus legítimos proprietários, ajudando a mitigar os impactos dos crimes contra o patrimônio, além da devolução de celulares.

Sefaz e Setrans garantem fiscalização em rodovias piauienses



Em julho de 2024, a Sefaz fez uma parceria com a Secretaria de Estado de Transportes (SETRANS) que visa fiscalizar transportes de cargas que transitam nas rodovias piauienses. O objetivo é avaliar se o peso dos caminhões e os documentos fiscais eletrônicos estão dentro das exigências. A pesagem serve para atestar se a carga apresentada é a mesma transportada, com o objetivo de também contribuir para boa conservação das rodovias.

O trabalho é reforçado ainda com a presença da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). A PRF tem um papel essencial na fiscalização do trânsito, aplicando leis de trânsito, prevenindo e combatendo crimes, além de prestar socorro às vítimas de acidentes. O DNIT também desempenha um papel importante, sendo responsável pela manutenção, conservação e operação da infraestrutura rodoviária federal.

Ouvidoria registra aumento nos atendimentos em 2024



A Ouvidoria Setorial da Sefaz recebeu cerca de 2113 manifestações no período de janeiro a dezembro de 2024, sendo os temas dos atendimentos variam entre solicitações, reclamações, elogios, sugestões, informações e denúncias.

A maior demanda da Ouvidoria foi catalogada como “fiscalização de empresas”. Os números corroboram o histórico dos relatórios anteriores no sentido de ser a maior causa de manifestações na Ouvidoria da Sefaz. Anualmente, é realizado um levantamento geral para averiguar e reavaliar a prestação dos serviços ofertados pela SEFAZ, trazendo melhorias significativas para o atendimento ao público.

O plano estratégico da Ouvidoria inclui a “Ouvidoria Itinerante”, com visitas técnicas aos servidores presentes no interior do Estado do Piauí, contando com palestras e rodas de conversas explicando a importância de incentivar o uso dos canais de ouvidoria.

Educação fiscal lança revista em quadrinhos

A Educação Fiscal do Piauí lançou neste ano, em agosto, uma história em quadrinhos que visa explicar para a sociedade, sobretudo aos jovens, sobre a importância da função social dos tributos, ressaltando que esses impostos retornam para a sociedade em forma de benefícios.

O roteiro da história denominada “O Mistério da Reforma da Praça”, foi produzido pelo Jovem Aprendiz da Escola Fazendária, Íkaro Gabriel Marques dos Santos (18 anos). A publicação foi realizada em conjunto com outros jovens estudantes de uma escola particular do Piauí, eles contribuíram com a ilustração e edição de revista. Também fazem parte da equipe de criação: Geovana de Mesquita Andrade (ilustração), Yasmin Barros de Araújo (ilustração) e Ícaro Matos Castelo Branco (edição).



Lei obriga impressão do IMEI de celular nas notas fiscais

O Governo sancionou, no dia 28 de agosto de 2024, a Lei nº 8.488, que determina a impressão do número único atribuído a cada dispositivo móvel, denominado IMEI (International Mobile Equipment Identity-Identificação Internacional de Equipamento Móvel), nas notas fiscais relativas à circulação de aparelhos de telefonia móvel emitidas por estabelecimentos situados no Estado do Piauí.

Atenção
comerciantes!
AGORA É LEI



**O IMEI DO CELULAR
DEVE CONSTAR NA
NOTA FISCAL**
A medida entra em vigor a
partir de dezembro de 2024

A referida Lei foi publicada no Diário Oficial do Estado, nº 171/2024, no dia 2 de setembro desse ano, mas começa a vigorar em 90 dias após a publicação, portanto, a partir do dia 01 de dezembro desse ano de 2024.

Vale ressaltar que a obriga a impressão do IMEI do celular nas notas fiscais é de fundamental importância, uma vez que este identificador desempenha um papel fundamental na segurança dos dispositivos, permitindo o rastreamento, bloqueio e combate à clonagem de aparelhos.

Visando ainda a difusão da informação deste código numérico para que o consumidor possa efetuar o bloqueio do aparelho, impedindo a sua reutilização por meio da venda ilegal de produtos furtados ou roubados.

Programa de Preparação para Aposentadoria dos Servidores

Em setembro de 2024, a Sefaz lançou o Programa de Preparação para Aposentadoria (PPAS), com a realização de diversas atividades para os servidores, a exemplo de atividades lúdicas, passeios externos, palestras formativas e informativas, exposição de mídias (vídeos e textos), debates e reflexões, além de dinâmicas em grupo.

Viver bem é possível em qualquer fase da vida

É a missão do Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) e levar essa mensagem a todos que estão próximos de se aposentar, preparando-os para esta nova etapa da vida.



19 e 20 de setembro de 2024

A partir de 8:00h

Escola Fazendária | SEFAZ-PI



Por meio do PPAS, a Sefaz visa contribuir para a preparação da instituição e dos servidores que se aproximam da aposentadoria, focando nas dimensões humanas e nos aspectos psicossociais e profissionais, de forma condizente com uma política organizacional de valorização e reconhecimento pelos serviços prestados por esses servidores.

O programa é destinado aos servidores da Sefaz-PI que estão próximos de atingir o tempo necessário para aposentadoria ou já ultrapassaram o período mínimo de contribuição, mas ainda não se aposentaram. Esse público pode variar em termos de idade, formação, nível de experiência e expectativas em relação à aposentadoria.

Sefaz lança plataforma que torna mais ágil o atendimento

A secretaria da Fazenda do Piauí lançou, no final de setembro, uma nova plataforma de atendimento virtual, visando prestar um melhor e mais eficaz atendimento aos contribuintes/cidadãos.



Usando a tecnologia de chatbot, esse novo canal de atendimento é fácil, direto e personalizado para o cidadão buscar informações sobre os diversos conteúdos tributários. Além do atendimento via SAC, com equipe de especialistas da Sefaz, para responder questionamentos ou tirar dúvidas, o contribuinte ainda vai poder oficializar a sua demanda, preenchendo também um formulário de atendimento, que estará disponível no próprio site da Sefaz.

Vale ressaltar que a Sefaz-PI foi a primeira secretaria de Fazenda do Brasil a lançar uma atendente virtual, denominada Teresa. Agora esse processo será aperfeiçoado, uma vez que se o contribuinte não tiver uma resposta imediata da atendente virtual, a sua dúvida será logo repassada para uma pessoa especializada no assunto, a fim de que o contribuinte tenha logo seus questionamentos ou dúvidas sanadas.

SEFAZ quer recuperar R\$ 84 milhões por meio da malha fiscal



A Secretaria Estadual da Fazenda do Piauí intimou, na segunda quinzena de outubro, as empresas que apresentaram divergências nas informações econômico-fiscais constantes da Escrituração Fiscal Digital (EFD). A estimativa da Superintendente da Receita Estadual é recuperar cerca de R\$ 84 milhões para o cofre estadual.

Essas empresas “caíram” na Malha Vendas Mínimas Esperada, que identifica aquelas que realizam compras sem um lastro financeiro legal suficiente.

A referida malha fiscal foi lançada em maio desse ano, sendo amplamente divulgada pela Sefaz.

Nesse primeiro momento, foram intimadas apenas empresas do regime correntista, vale ressaltar que do total de 1640 empresas que caíram na referida malha fiscal, cerca de 436 ainda não fizeram a regularização.

A Sefaz também lançará a malha das empresas do Simples Nacional. Estudos preliminares da UNIFIS apontam que mais de 7.000 mil empresas do Simples Nacional caíram nessa malha.

Escolas piauienses foram para final do Prêmio Nacional de Educação Fiscal

Cinco escolas públicas do Piauí, premiadas no II Concurso Cidadania na Escola, foram classificadas para a final do Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2024, organizado pela Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE). As escolas CETI Raimundo da Paz Nogueira, CETI Mário Raulino, CETI José Narciso da Rocha Filho, CETI Landri Sales e o CEEPRU Dep. Ribeiro Magalhães foram selecionadas para final.



O II Concurso Cidadania na Escola, realizado em maio, reconheceu as escolas que promoveram a compreensão do papel dos tributos e incentivaram a participação cidadã. O CETI Landri Sales, de São Pedro do Piauí, conquistou o primeiro lugar; o CETI Mário Raulino, de Altos, o segundo; e o CETI José Narciso da Rocha Filho, de Piripiri, o terceiro. Sete outras escolas foram homenageadas com menções honrosas, destacando a dedicação das escolas públicas à formação de uma cidadania fiscal ativa.

Confira as escolas vencedoras do II Concurso Cidadania na Escola a seguir:

- **1º lugar:** CETI Landri Sales - São Pedro do Piauí (6ª GRE/Regeneração)
- **2º lugar:** CETI Mário Raulino - Altos (18ª GRE/Grande Teresina)
- **3º lugar:** CETI José Narciso da Rocha Filho - Piripiri (3ª GRE/Piripiri)

Confira as escolas classificadas para a final, que receberam menção honrosa:

- **4º lugar:** U.E Professor Francisco José Tibúrcio - Betânia do PI (17ª GRE/Paulistana)
- **5º lugar:** CETI José Mendes Vasconcelos - Joaquim Pires (2ª GRE/Barras)
- **6º lugar:** CETI Letícia Macêdo - Anísio de Abreu (13ª GRE/São Raimundo Nonato)
- **7º lugar:** U.E Dep. Joaquim Gomes Calado - Teresina (20ª GRE/Teresina)
- **8º lugar:** U.E Raimundo da Paz Nogueira - Sebastião Barros (15ª GRE/Corrente)
- **9º lugar:** U.E Costa Alvarenga - Oeiras (8ª GRE/Oeiras)
- **10º lugar:** CETI José Atanásio de Santana - Simplício Mendes (12ª GRE/São João do PI)



A premiação estadual, uma parceria entre a SEFAZ, SEDUC, CGE e Receita Federal, oferece computadores e smartphones como incentivo, buscando formar jovens conscientes do impacto social dos tributos.

SEFAZ-PI amplia atendimento ao cidadão com canal via WhatsApp

Priorizando atender, cada vez melhor, os contribuintes, a Sefaz lançou, no final de outubro, um novo canal de atendimento. Agora, os cidadãos podem acessar o serviço “Fale com a Sefaz” também por meio do WhatsApp, utilizando o número (86) 99433-6294.



Portanto, o chatbot (Teresa) e a Plataforma de Atendimento, que já estão disponíveis pelo site, agora também estão disponíveis via WhatsApp. Vale ressaltar que a plataforma está disponível para todas as versões de celulares e com a integração do WhatsApp os contribuintes terão mais esta opção para resolver suas demandas, de maneira prática e imediata.

Além do WhatsApp, o Portal de Atendimento da SEFAZ-PI segue disponível para consultas e abertura de demandas, garantindo que os contribuintes possam escolher o canal que melhor atenda às suas necessidades.

Com essas inovações, a SEFAZ-PI reforça seu compromisso em prestar um atendimento moderno e de qualidade, alinhado às necessidades dos contribuintes piauienses.

Governo investe na atração de indústrias

O Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí (CODIN) aprovou a concessão de incentivos fiscais para instalação e ampliação de 22 indústrias e geradoras de energia solar e eólica. Esses empreendimentos projetam investimentos de R\$ 3,39 bilhões; geração de 1.403 empregos diretos (8.135 empregos indiretos).



Os estabelecimentos serão instalados em diversos municípios do Estado: Teresina, Parnaíba, Campo Maior, Baixa Grande do Ribeiro, Sebastião Leal, Ribeiro Gonçalves, dentre outros.

Os produtos fabricados são igualmente diversificados: álcool anidro de cereais, ração animal, produtos do abate animal (bovino, suíno, ovino, caprino), polpas de fruta, arroz beneficiado, pré-moldados, energia limpa (matriz solar), etc.

Nota Piauiense beneficia 275 mil consumidores

Com 275.556 inscritos desde quando iniciou, o programa Nota Piauiense já distribuiu R\$ 15.485.115,69 em créditos. Até 2020, o programa realizou 55 sorteios, beneficiando 43.428 consumidores e distribuindo R\$ 13.350.000 em prêmios. A partir desse período, o foco do programa voltou-se para o resgate de créditos, com mais de R\$ 8 milhões efetivamente pagos a 80 mil consumidores até a presente data.

Em 2024, foram liberados R\$ 4.416.643,15 em créditos para 100 mil contribuintes, dos quais R\$ 391.151,98 foram resgatados por 3.456 pessoas.

Idades com Maior Participação

Os consumidores cadastrados são de todos os 223 municípios do Estado do Piauí. Parnaíba lidera com 14.453 inscritos, seguida por Timon (MA), com 9.546, e Picos, com 7.032 cadastrados. A capital Teresina registra o maior número de inscritos, com 196.598 participantes ativos.

Créditos e Contemplações por Semestre

Desde o início do programa, são realizadas liberações semestrais de créditos para os cadastrados. **Os números mostram a abrangência do programa:**

Os quatro últimos semestres, liberados no ano de 2024, totalizaram R\$ 4.416.643,15, distribuídos para mais de 100 mil consumidores. Isso demonstra o compromisso do programa Nota Piauiense com o estímulo à cidadania fiscal e a valorização do consumidor piauiense.

Com essa iniciativa, a SEFAZ-PI segue promovendo maior transparência e incentivo à economia local, destacando a relevância do consumo consciente e beneficiando, de forma direta, milhares de cidadãos.

SEFAZ moderniza atendimento ao contribuinte com Sistema Digital Inovador

A Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ-PI) está dando um importante passo na transformação digital com a implantação do Produto 2.4 do programa Profisco II, que visa proporcionar um atendimento integral ao contribuinte. Essa iniciativa foca na praticidade e conveniência, alinhando-se ao plano de inovação do Estado do Piauí para facilitar o acesso e, também, o suporte aos cidadãos.

O projeto, iniciado em abril de 2023, foi estruturado em cinco fases, abordando desde a preparação até a expansão do atendimento. Um dos principais avanços foi a implementação de uma solução online de autosserviços, além de ampliar o número de funcionalidades acessíveis via web, permitindo que os contribuintes resolvam demandas de forma prática e autônoma.

Indicadores e Conclusão

Atualmente, 71,42% das etapas do projeto foram concluídas, com o lançamento da plataforma previsto para novembro. O sistema oferece aos cidadãos um atendimento personalizado com temas e categorias adaptados, atendimento via chat, portal, WhatsApp, além de acompanhamento de solicitações. A inteligência artificial Teresa, com tecnologia CHATGPT, foi atualizada para garantir eficiência no atendimento.

O compromisso da SEFAZ-PI com o Profisco II reforça o compromisso de oferecer serviços cada vez mais ágeis e acessíveis, consolidando o Produto 2.4 como um sucesso na transformação digital no atendimento ao contribuinte.

Escola piauiense é 2º lugar no Prêmio Nacional de Educação Fiscal

O Centro Estadual de Tempo Integral (Ceti) Mário Raulino, de Altos (PI), conquistou o 2º lugar no Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2024

O projeto premiado, intitulado “Moeda do Conhecimento: Desvendando a Educação Fiscal”, teve como objetivo sensibilizar sobre a importância do sistema tributário e o uso adequado dos recursos públicos. A escola recebeu, ainda, um prêmio de R\$ 5 mil.

A coordenadora do Grupo de Educação Fiscal do Estado do Piauí (GEFE-PI), Alcionea de Castro, destacou o sentimento após a premiação. “Estou em êxtase e emocionada. Essa premiação é resultado de um trabalho coletivo do grupo de Educação Fiscal do Estado em conjunto com escolas de todo o Piauí. Começamos com palestras nas escolas, realizamos o Concurso Cidadania na Escola, até chegar a esse 2º lugar. Os frutos estão sendo colhidos. Em 2025, vamos em busca do 1º lugar”, destacou a coordenadora.



SEFAZ fica em segundo lugar em premiação de ouvidoria pública

A Secretaria da Fazenda do Piauí foi novamente reconhecida, entrando para o ranking das melhores ouvidorias do Estado. A SEFAZ recebeu o prêmio na categoria 2 do concurso, registrando mais de 700 demandas realizadas até o meio do ano de 2024. Joéldina Scarcela, ouvidora setorial da Secretaria da Fazenda do Piauí, destacou a relevância desse prêmio: “É um prêmio muito importante, porque demonstra a transparência da SEFAZ”, afirmou.

Além disso, a SEFAZ também recebeu duas menções honrosas pela parceria com a Ouvidoria Geral do Estado (OGE-PI), sendo uma delas dedicada à Superintendência da Controladoria Geral do Estado (CGE-PI), e a outra à própria Secretaria.



Piauí é nota B+ na avaliação do Tesouro Nacional sobre a Capacidade de Pagamento

Estado do Piauí obteve classificação de capacidade de pagamento “B+” (CAPAG) na avaliação fiscal referente ao exercício financeiro de 2023. Trata-se de uma classificação feita pelo Tesouro Nacional, a partir da análise de indicadores econômico-financeiros de Estados e municípios, considerando os requisitos relacionados à endividamento, liquidez e poupança corrente. Vale explicar que o mais (+) é um adicional positivo para os Estados, a exemplo do Piauí, que são nota A no Ranking da Qualidade da Informação Fiscal e Contábil do Setor Público Brasileiro.

De acordo com o diretor da Unidade de Controle Contábil (UNICON), Bruno Cardoso, com essa nota, o estado do Piauí obtém a garantia da União para fazer operações de crédito.



GESTÃO, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL

Lançamento Portal Corporativo

Além de facilitar o acesso aos serviços e comunicação internos, a medida segue um padrão nacional, que visa, cada vez mais, ofertar serviços dentro de um ambiente virtual seguro, de forma rápida e prática, e ainda segue uma determinação do governo estadual, de tornar o Piauí uma referência na identidade digital.

Por meio do Portal Corporativo, o servidor tem acesso a serviços, notícias e comunicados, documentos e regramentos, contribuindo para que este seja um disseminador da identidade e imagem institucional da Sefaz. Conta também com uma ferramenta inovadora, que é o atendimento a partir de Chatbot, integrado com a Inteligência Artificial.



TARF julgou 428 processos

O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado do Piauí (TARF), em 2024, pautou um total de 606 processos, dos quais 428 foram julgados, o que corresponde a 70,62% dos processos pautados. A seguir, apresentamos detalhes sobre os processos pautados, julgados e outros dados relevantes.



É o órgão administrativo de julgamento em segunda e última instância dos processos de natureza fiscal e tributária. Possui ainda outras atribuições importantes, como a de estudar e propor medidas que visam aperfeiçoar o sistema tributário do Estado.

No ano de 2024, o crédito tributário julgado nos meses de janeiro a dezembro, na esfera administrativa pelo TARF totalizou em R\$ 1.358.212.784,91 (Um bilhão e trezentos e cinquenta e oito milhões e duzentos e doze mil e setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos), correspondente ao valor nominal, acrescido da respectiva multa e juros.

Novo Portal da Legislação permite melhor acompanhamento e acesso aos acórdãos

A Sefaz lançou este ano o Novo Portal da Legislação que visa proporcionar maior transparência, reduzir custos e otimizar o acompanhamento da legislação tributária. Uma outra vantagem da plataforma é permitir o acesso facilitado às informações dos acórdãos, incluindo análises detalhadas sobre temas específicos presentes na documentação.

A nova ferramenta representa um avanço significativo ao centralizar e organizar a legislação de forma clara e acessível, agilizando a consulta por parte dos servidores, contribuintes e demais interessados. Com isso, melhora a eficiência na tomada de decisões, promove maior segurança jurídica e fortalece a comunicação entre a administração pública e a sociedade.



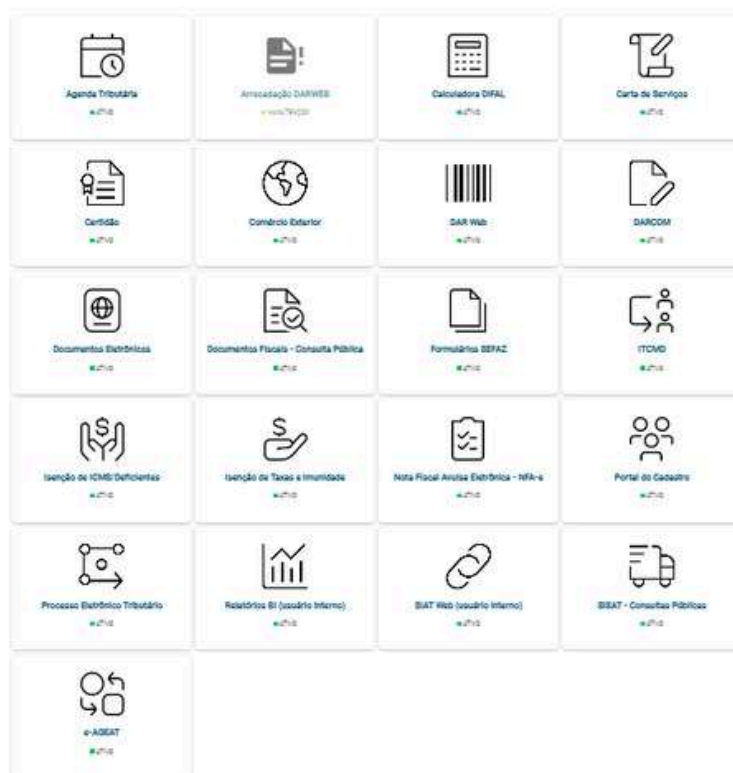
Novo SIATweb facilita e amplia serviços para contribuintes



O SIAT Web é o mais novo sistema de gestão tributária da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, projetado com a finalidade de concentrar em uma plataforma única todos os serviços disponibilizados pela Superintendência da Receita, agora ampliados, apresentando soluções de alta performance e utilizando os mais avançados recursos tecnológicos disponíveis no mercado.

Neste contexto, o sistema fortalece o autoatendimento dos contribuintes e seus prepostos em relação aos tributos estaduais, ampliando a sua oferta e oferecendo mais transparência e qualidade das informações, resultado do esforço contínuo da SEFAZ no aperfeiçoamento dos serviços ofertados, com o objetivo de facilitar o cumprimento das obrigações tributárias.

O novo SIAT Web é composto, na sua integralidade, por 2.000 aplicações distribuídas em 53 módulos, com controle de acesso único, disponibilizadas aos usuários conforme seus perfis e suas relações com a SEFAZ.



O sistema é totalmente aderente à **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** e integrado à **Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM)**, sistema responsável pela integração de dados da consulta de viabilidade locacional, registro, inscrições e licenciamento das empresas, administrado pela Junta Comercial do Piauí; e ao Portal Único do Comércio Exterior (PUCOMEX), administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

O desenvolvimento desse novo sistema é financiado com recursos do BID, por meio do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil (PROFISCO II), com o propósito de modernizar e atualizar todos os sistemas da Receita, do Contencioso Administrativo e da Corregedoria Fazendária.

CORREFAZ reforça importância do servidor agir com princípios éticos



Em 2024, a Corregedoria Fazendária visitou as 48 unidades da SEFAZ, entre postos fiscais e agências de atendimento, para divulgar os princípios do moderno Código de Boa Conduta Ética e Profissional dos Funcionários da SEFAZ-PI.

O objetivo é fazer com que esses funcionários conheçam e coloquem em prática as regras sobre como devem agir no dia a dia das suas relações com autoridades, colegas, administrados e sociedade em geral, visando sobretudo que, sob a cultura da ética, os servidores prestem um serviço de excelência aos contribuintes e a toda a sociedade piauiense.

Visando à moralidade e credibilidade da administração fazendária, a fim de combater a improbidade administrativa e o desvio de conduta, a Corregedoria Fazendária realizou a apuração detalhada de 100% das denúncias contra servidores recebidas em 2024.

Sefaz intensifica ações fiscais

Em 2024, a Secretaria da Fazenda do Piauí (Sefaz), por meio da Unidade de Fiscalização de Empresas (Unifis), intensificou suas ações fiscais. Quase 700 empresas foram fiscalizadas, sendo elas responsáveis por quase 40% da arrecadação estadual. As ações detectaram omissões de receitas, que, posteriormente, se transformam em recuperação de recursos, sendo fundamentais para o financiamento de áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

O diretor da Unifis, Edson Marques, destacou a eficácia das estratégias de fiscalização e os objetivos. "Intensificamos as nossas ações para promover a justiça fiscal e fortalecer a arrecadação estadual. Trabalhamos fortemente para combater crimes tributários e outros ilícitos financeiros, como a lavagem de dinheiro. Além disso, somos cada vez mais referência em inovação tecnológica no setor fiscal.



Sefaz fiscaliza empresas que omitiram faturamento

Em 2024, a Secretaria da Fazenda do Piauí Sefaz deflagrou a Operação Receita Transparente, focada no combate à omissão de receitas por meio do uso irregular de máquinas de cartão de crédito e débito (POS) por estabelecimentos comerciais, especialmente em bares, restaurantes e lojas de vestuário. A operação, que visa expandir sua abrangência em 2025, reforça a luta contra a evasão fiscal e a justiça tributária no estado.

Realizada em parceria com a Delegacia Especializada de Crimes Contra a Ordem Tributária (DECCOTERC), a operação resultou na inspeção de 25 estabelecimentos em Teresina e Parnaíba, detectando irregularidades em 55 máquinas vinculadas a CPFs e CNPJs de terceiros, o que gerou uma omissão de R\$ 300 milhões nos últimos quatro anos e prejuízo de R\$ 40 milhões ao fisco. Com isso, foram aplicadas multas de até R\$ 4.520,00 por máquina irregular. As irregularidades serão encaminhadas ao Ministério Público.



A Sefaz tem usado dados das declarações fiscais dos contribuintes, combinadas com dados de terceiros, para identificar erros e irregularidades tributárias. Em 2024, a fiscalização ajudou a corrigir 73% das pendências de forma espontânea.

A criação da malha "EFD Saídas Mínimas Esperadas" foi um destaque, identificando 1.600 empresas com discrepâncias entre compras e vendas. No total, 442 contribuintes foram intimados por erros na declaração de receitas, e outros 104 por divergências no ICMS, por meio da malha "Divergência Débito Saídas".

Essas operações têm um potencial de recuperação de aproximadamente R\$ 84 milhões pela malha "Saídas Mínimas Esperadas" e R\$ 4,5 milhões pela malha "Divergência Débito Saídas", destacando a eficiência das malhas fiscais.

Em 2024, a Sefaz realizou auditorias pontuais em 620 contribuintes e auditorias homologatórias em 77, com base em análises de risco. Essas ações resultaram na lavratura de aproximadamente 4.500 autos de infração e na constituição de R\$ 812 milhões em créditos tributários, evidenciando a eficácia das estratégias de fiscalização para promover a justiça fiscal e fortalecer a arrecadação estadual.

Gestão Pública voltada para resultados, qualidade de vida e educação cidadã

Em 2024, a Unidade de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Sefaz, por meio das Gerências de Gestão de Pessoas e de Desenvolvimento de Pessoas, implementou várias ações estratégicas e operacionais, dentre estas as seguintes:

1) **Gestão de Pessoas e modernização dos processos administrativos:**

O uso da plataforma Sydle possibilita o monitoramento dos servidores cedidos a outros órgãos, assegurando transparência e controle na movimentação e alocação de pessoal. Além disso, a automatização da entrega de declarações de Imposto de Renda ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) agiliza e racionaliza o cumprimento das obrigações acessórias da Secretaria. A emissão automatizada da carteira funcional proporcionou maior agilidade e segurança no processo de identificação dos servidores.

2) **Educação Fiscal:**

O Programa Estadual de Educação Fiscal, por meio do projeto "Ciclo de Palestras nas Escolas", ampliou suas atividades ao longo do ano, promovendo a conscientização sobre tributos e cidadania para mais de 3.000 estudantes em 63 municípios e 7.500 alunos do ensino fundamental e médio em todo o Estado, incentivando uma sociedade mais informada e participativa.



Foram distribuídas 5.000 cópias da revistinha em quadrinhos “O Mistério da Reforma da Praça”, criada por quatro adolescentes para difundir entre os jovens a importância da função social dos tributos. Paralelamente, está em desenvolvimento o Aplicativo de Educação Fiscal, que, por meio de recursos de gamificação, quizzes e interações dinâmicas, incentivará o aprendizado contínuo e envolverá usuários de todas as idades, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes.

3) Capacitação e Qualificação: Em 2024, foram realizados diversos cursos do Plano de Capacitação, alinhados aos objetivos estratégicos de desenvolvimento e qualificação dos colaboradores. As atividades ofertadas incluíram formações em áreas técnicas e gerenciais, visando aprimorar competências essenciais para a eficiência organizacional e inovação. Com foco na atualização de conhecimentos e na melhoria contínua, os cursos contaram com metodologias diversificadas e ferramentas práticas, promovendo o engajamento dos participantes e fortalecendo a cultura de aprendizado. A capacitação de servidores foi amplamente incentivada, atendendo às necessidades estratégicas de formação.

4) Qualidade de vida: Entre as atividades oferecidas durante o ano de 2024, estão o Aconselhamento e Acompanhamento Psicossocial, que auxilia os servidores em suas demandas emocionais e psicológicas; a Ginástica Laboral, para prevenção de lesões e melhoria da saúde física; e as campanhas de Doação de Sangue, reforçando o compromisso social.



Além disso, o programa organiza Ações de Integração em datas comemorativas, como Dia das Mães, Dia dos pais, Dia das Mulheres e Natal, fortalecendo os laços entre os colegas. Além de campanhas como Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul promovendo a conscientização sobre saúde mental e física. E foi implantado o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA), a fim de preparar os servidores para uma transição saudável e planejada nessa nova fase de vida. Dessa forma, o Programa de Qualidade de Vida na Sefaz valoriza o servidor em sua totalidade, promovendo bem-estar e engajamento.

Essas ações refletem o compromisso da SEFAZ com a inovação, a eficiência administrativa e o desenvolvimento integral de seus servidores, promovendo uma gestão pública voltada para resultados, qualidade de vida e educação cidadã.

SUPERINTENDÊNCIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (SUPCGE)

TECNOLOGIA ALIADA AO CONTROLE

APERFEIÇOAMENTO DO SIGRP

A CGE realizou o desenvolvimento de novos módulos no Sistema Integrado de Gerenciamento de Repasses (SIGRP), abrangendo:

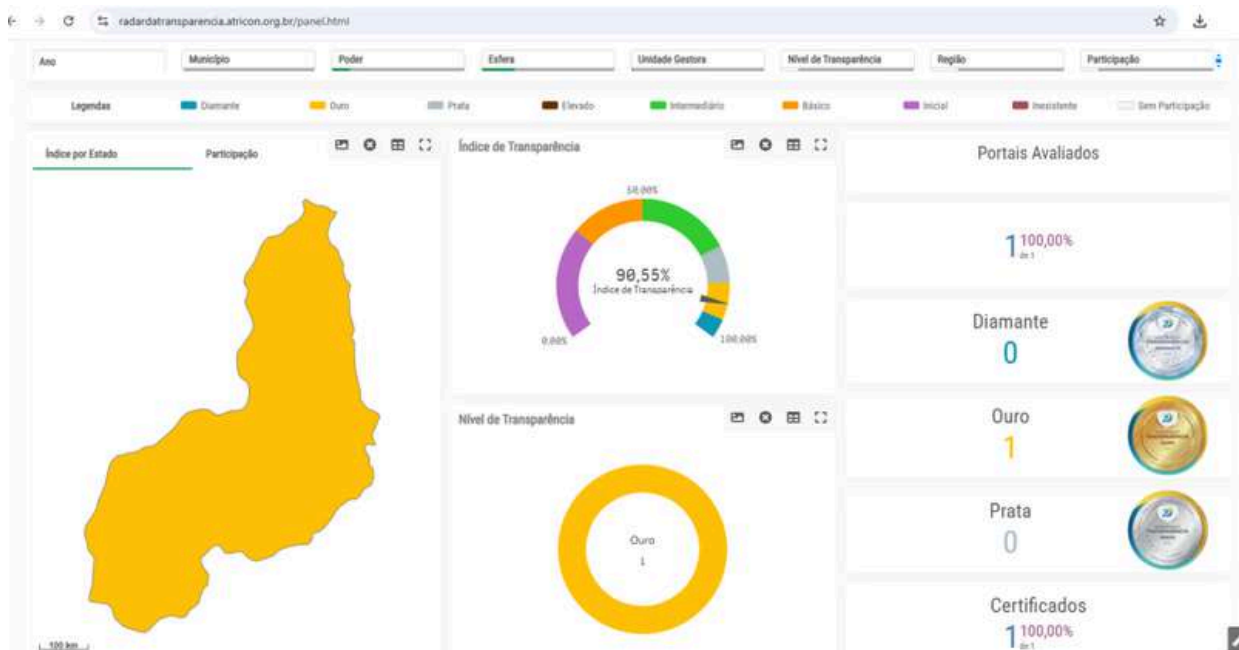
- Programa Alimentação Saudável (PAS - SAF)
- Projeto Piauí Sustentável (PSI - SAF)
- Gerenciamento de doações via Termo de Ajustamento de Conduta (Doações TAC)
- Transferências Especiais relacionadas às emendas individuais impositivas, conforme o art. 166-A, I, da Constituição Federal

O SIGRP, gerenciado pela Controladoria-Geral do Estado, traz inúmeros benefícios, como a celeridade na tramitação recursos públicos disponibilizados por meio de convênios, e outros instrumentos similares, além de um acesso facilitado às informações, garantindo transparência no uso e aplicação dos recursos. Com o SIGRP, é possível realizar um acompanhamento concomitante das operações, permitindo um gerenciamento mais ágil e assertivo.

AVANÇOS EM TRANSPARÊNCIA



A ampliação da transparência pública é um dos reflexos do trabalho do controle interno. Em 2024, o Piauí alcançou o nível Ouro no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), com um índice de 90,55% em transparência. O Estado também subiu da 21ª para a 15ª posição no ranking nacional, consolidando-se como o segundo estado que mais evoluiu nesse quesito.



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Em 2024, o Piauí foi reconhecido pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (ABEP-TIC) como o estado que mais avançou em transformação digital, subindo da 22ª para a 3ª posição no índice geral. Esse progresso reflete o trabalho integrado de diversos órgãos, como a Secretaria da Fazenda do Piauí, CGE, ETIPI, SEPLAN, PGE e SIA, que implementaram a Política de Transformação Digital, o portal único de serviços e regulamentaram as Leis Federais nº 14.129/2021 e 13.460/2017. A CGE prestou consultoria à ETIPI para melhora dos indicadores.



TECNOLOGIAS ALIADAS AO CONTROLE

O ano de 2024 consolidou um marco significativo para o controle interno no Piauí, com a integração de tecnologias inovadoras que possibilitaram um avanço na eficiência e a modernização da gestão pública.

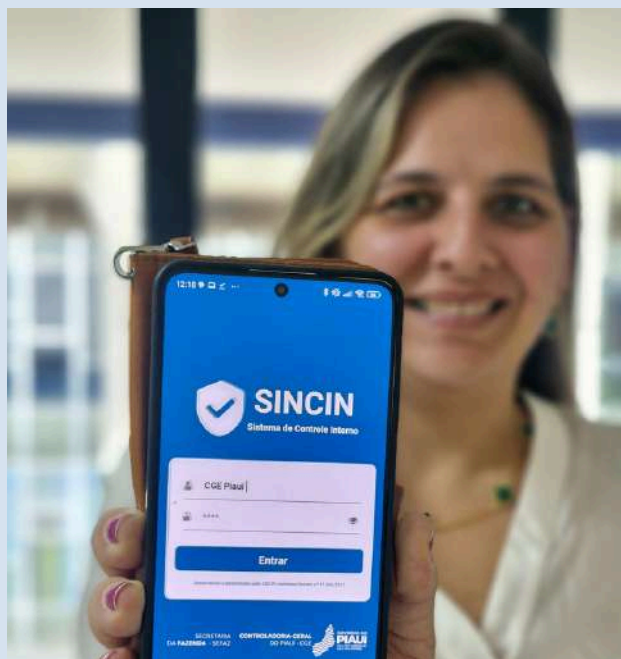
Sob a liderança da Secretaria da Fazenda do Piauí, por meio da Superintendência de Controladoria-Geral do Estado, novos sistemas e aplicações foram desenvolvidos para aprimorar o monitoramento e a fiscalização dos recursos públicos, resultando em avanços expressivos na área da transparência e no gerenciamento de contratos administrativos.

APP SINCIN

Em abril, foi lançado o aplicativo SINCIN – Módulo Fiscalização de Contratos, desenvolvido pela Superintendência de Controladoria-Geral do Estado (SUPCGE).

Essa ferramenta otimizou a rotina dos fiscais de contratos administrativos, permitindo que os relatórios de fiscalização sejam elaborados de forma rápida e eficiente diretamente pelo celular.

O app está disponível para Android e pode ser baixado no site da CGE.



SISTEMA DE GESTÃO DE CONTRATOS TERCEIRIZADOS

Servidores das Secretarias da Administração (Sead), Fazenda (Sefaz), Governo (Segov) e Planejamento (Seplan) do Estado do Piauí iniciaram, em 2024, a implantação do Sistema de Gestão de Contratos Terceirizados (SGCT), desenvolvido pela Sead, com o auxílio da Sefaz.

O objetivo é facilitar a gestão de contratos terceirizados no âmbito do governo estadual por meio do mapeamento de todos os contratos terceirizados do Poder Executivo Estadual.

Treinamentos foram realizados com servidores dos órgãos envolvidos no projeto piloto. Com a conclusão desta etapa, o objetivo é expandir para os demais órgãos.



SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO - SINCIN

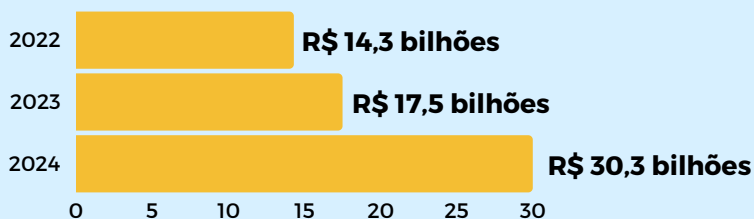
Para permitir uma maior segurança nas análises das despesas, a CGE criou, em 2017, o Sistema Integrado de Controle Interno (SINCIN), um sistema eletrônico de *compliance*, que define o *checklist* para avaliar o cumprimento dos critérios legais das despesas. Assim, observou-se, também, maior celeridade das análises, levando-se, em média, 20 minutos para finalização do procedimento. Ademais, pode-se constatar o aumento do controle e maior eficiência e transparência na gestão.

Em 2024, os Núcleos de Controle Interno e fiscais de contratos avaliaram mais de R\$ 30,3 bilhões, por meio do SINCIN, referentes a contratações, pagamentos de despesa, prestação de contas e execução contratual.

ANÁLISES EM 2024

R\$ 30.356.593.196,34

EVOLUÇÃO DO VOLUME ANALISADO DE 2022 A 2024



AUMENTO DE 73,1%

em relação a 2023



RECOMENDAÇÕES

Em 2024, foram realizadas 24.581 análises com ocorrências e recomendações aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Piauí, destacando-se as listadas abaixo:

✓ *Fiscais de contratos*

- 32.629 contratos e pagamentos fiscalizados

✓ *Núcleo de Controle Interno*

- 2.024 em contratações;
- 13.142 em pagamentos;
- 5.275 em fiscalizações;
- 1.341 em prestações de contas;
- 826 em prestações de contas por transferências;
- 130 em Certificações de Tomadas de Contas Especiais

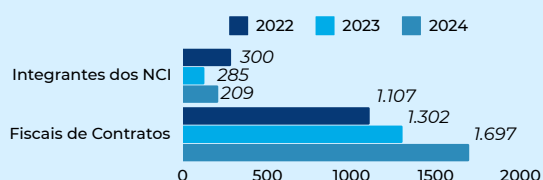
NÚCLEOS DE CONTROLE INTERNO

A CGE acompanha órgãos e entidades, Núcleos de Controle Interno e fiscais de contratos que contribuem para a correta aplicação dos recursos públicos.

- ✓ 50 órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Piauí

- ✓ 209 integrantes dos Núcleos de Controle Interno } 130 membros
79 coordenadores

- ✓ 1.697 fiscais de contratos

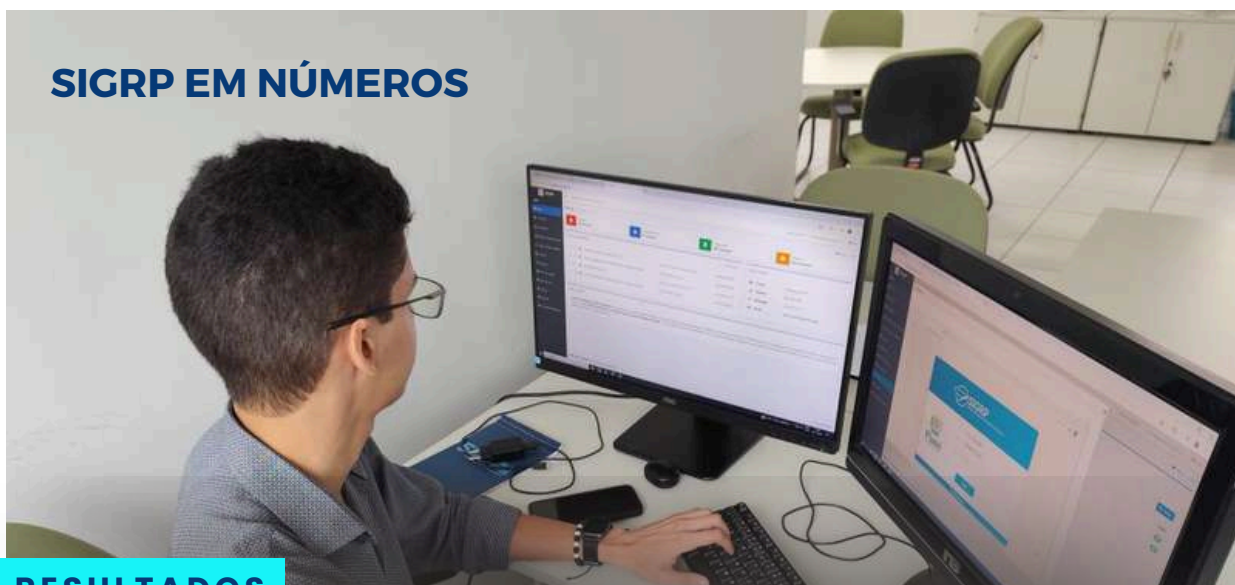


Servidores estaduais, membros de Núcleos de Controle e fiscais de contratos capacitados em curso ministrado pela auditora governamental Giovanna Garcia, em 2024.

GESTÃO DE REPASSES DE RECURSOS PÚBLICOS (SIGRP)

O controle dos recursos oriundos de convênios e parcerias também foi otimizado com a ampliação das funcionalidades no Sistema Integrado de Gestão de Repasses (SIGRP), com a criação de módulos que contemplam programas como o Alimentação Saudável (PAS – SAF), o PiauÍ Sustentável (PSI – SAF), o Gerenciamento de Doações via Termo de Ajustamento de Conduta (Doações TAC) e as Transferências Especiais relacionadas às emendas individuais impositivas.

SIGRP EM NÚMEROS



RESULTADOS

R\$ **88,9**

MILHÕES

Em 140 parcerias firmadas por meio do SIGRP

51

Chamamentos públicos cadastrados

25

Chamamentos públicos finalizados

O SIGRP, gerenciado pela Controladoria-Geral do Estado, traz inúmeros benefícios, como a celeridade na tramitação recursos públicos disponibilizados por meio de convênios, e outros instrumentos similares, além de um acesso facilitado às informações, garantindo transparência no uso e aplicação dos recursos. Com o SIGRP, é possível realizar um acompanhamento concomitante das operações, permitindo um gerenciamento mais ágil e assertivo. Ao longo do ano, diversas capacitações foram realizadas com órgãos e entidades para o manuseio do sistema.



SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Em 2024, a CGE contribuiu com a Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI) na implementação do Sistema de Credenciamento para serviços de engenharia, voltado ao suporte das atividades da Secretaria. Esse sistema funciona como um banco de empresas qualificadas, prontas para executar projetos essenciais para a SESAPI, o que garante maior agilidade e eficiência na realização das obras.

OBJETIVO

A iniciativa possibilita a redução de custos e direcionamento de mais recursos para o objetivo principal: expandir o atendimento, adquirir materiais, equipamentos e fortalecer a equipe, tudo com agilidade e preços padronizados. Além disso, o processo valoriza empresas locais, promovendo a circulação da economia no mercado piauiense. Esse modelo pode ser replicado em outras secretarias do Estado, fortalecendo a eficiência e o desenvolvimento local.



Uma audiência pública foi promovida pela SESAPI no mês de agosto para apresentar o sistema, reunindo representantes da Engenharia do Piauí e da Arquitetura, além de conselhos de classe, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí (Crea-PI) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU-PI).

SISTEMA ALICE

Também em 2024, o órgão de controle interno do Poder Executivo Estadual aderiu ao sistema ALICE da Controladoria-Geral da União (CGU), visando facilitar o acompanhamento de processos de compras e contratações públicas.



A ferramenta facilita o trabalho preventivo do controle interno, identificando possíveis falhas que possam comprometer os objetivos do processo licitatório, gerando principalmente economia para o Estado.

Acrônimo de Analisador de Licitações, Contratos e Editais, a ferramenta foi desenvolvida pela CGU e analisa, de forma automatizada, os processos de compras e contratações públicas em plataformas de licitações, Diário Oficial da União e editais de licitação, usando inteligência artificial.



LEGISLAÇÕES E NORMAS

Em 2024, a CGE desenvolveu diversas ações para o acompanhamento da legislação e normas, visando aprimorar a gestão pública estadual, promovendo transparência, eficiência e modernização das práticas administrativas. Entre as iniciativas, destaca-se o auxílio na elaboração do Decreto nº 22.811/2024, que estabelece procedimentos para a manutenção da regularidade fiscal, econômico-financeira e administrativa dos órgãos estaduais.

LEI ESTADUAL N.º 8.320/2025

Outro marco importante foi a aprovação da Lei Estadual nº 8.320, de 18 de março de 2024, originada de um projeto de lei da Corregedoria da Controladoria. Essa lei atualiza dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 13, de 3 de janeiro de 1994, relativos aos procedimentos correccionais, visando promover mais eficiência na gestão disciplinar.

PORTARIA CONJUNTA SEFAZ/SEPLAN N.º 01/2024

A CGE também participou da atualização de normas conjuntas, como a Portaria Conjunta SEFAZ/SEPLAN nº 01/2024, que revisa a Instrução Normativa nº 01/2009 SEPLAN/CGE/SEFAZ, estabelecendo diretrizes para a transferência de recursos via convênios. Também foi elaborada a Portaria Conjunta SEFAZ/SEPLAN nº 02/2024, que define normas e procedimentos para a aplicação de emendas individuais impositivas, conforme o inciso I do art. 166-A da Constituição Federal.

REGULAMENTAÇÃO DAS PARCERIAS

Por fim, a CGE trabalhou na atualização do Decreto nº 17.083/2017, criando uma nova minuta para regulamentar parcerias entre a administração pública estadual e organizações da sociedade civil, garantindo regras e procedimentos mais modernos e adequados ao regime jurídico atual.



MANUAL DE RECURSOS HUMANOS

A CGE também elaborou um manual de rotinas para os recursos humanos dos órgãos do Poder Executivo Estadual, com orientações detalhadas para o cumprimento das exigências do eSocial, fortalecendo a adequação às normas trabalhistas e previdenciárias.



PARECERES REFERENCIAIS

Em 2024, a CGE elaborou dez pareceres referenciais que servem de referência para os órgãos quando da análise de despesas. Os novos documentos já seguem a Nova Lei de Licitações e Contratos (N.º 14.133/2021) e amplia o teto para a necessidade do crivo do órgão de controle interno.

PARECERES REFERENCIAIS

GERAL



PARECERES REFERENCIAIS

OBRAS



APRIMORAMENTO DA GESTÃO

Com essa medida, a CGE busca aprimorar a gestão dos contratos, promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos públicos. O objetivo é garantir maior eficiência operacional e agilidade na tramitação dos processos, considerando o volume expressivo de demandas dessa natureza e a necessidade de otimizar o trabalho consultivo da CGE.

AUDITORES SETORIAIS

Avaliar riscos, mensurar vantajosidade, economicidade, eficiência e efetividade é um importante papel do Auditor Governamental. A produção de pareceres e despachos orientativos elaborados pelo auditor governamental servem para comunicar os resultados, conclusões e recomendações de controle aos gestores e demais responsáveis pelo órgão ou entidade assessorada.



PARCERIA

O trabalho colaborativo, desenvolvido de forma integrada, junto aos órgãos governamentais, contribui significativamente para o fortalecimento da governança e para a entrega de serviços públicos mais eficientes e eficazes.

RESULTADOS

825
pareceres

214
despachos orientativos

+1000
manifestações técnicas

EQUIPE SETORIAL

SASC
SEJUS **1**

SEFAZ **1**

SESAPI **1**

SAF
FUESPI **1**

SEDUC **2**

SIA **1**

SEINFRA
IDEPI **1**

SEAD **1**

SETRANS **1**

SSP **1**

DER **1**



ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

MONITORAMENTO DE OBRAS PRIORITÁRIAS

O monitoramento das carteiras de investimentos em obras da SESAPI foi um dos focos de atuação da CGE, incluindo obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Orçamento Geral da União (OGU) com volume de R\$ 401.000.000,00; e da SEFAZ, além de acompanhamento de obras prioritárias para o governo do estado, como o Novo Hospital de Picos – PI.

Esse acompanhamento, realizado pela CGE é fundamental para assegurar o uso eficiente dos recursos públicos, garantindo que os projetos sejam executados dentro dos prazos, padrões de qualidade e limites orçamentários estabelecidos.



GRUPO DE TRABALHO DO PRÓ-GESTÃO RPPS NO PIAUÍ

Equipes da Secretaria da Fazenda do Piauí, por meio da Superintendência de Controladoria-Geral do Estado e da Fundação Piauí Previdência (PiauíPrev) formaram, em 2024, um Grupo de Trabalho para trabalhar a Dimensão Controle Interno do Pró-Gestão RPPS, um Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objetivo é garantir que as exigências do nível II do Pró-Gestão RPPS sejam atendidas.

O Grupo de Trabalho é composto por quatro membros, dos quais dois são auditores governamentais da Controladoria, que cumprem um importante papel visando atingir os objetivos estabelecidos. São eles: o gerente de Pessoal e Previdência da CGE, Raphael Teixeira e a auditora Lidiane Melo, que faz parte do Conselho Fiscal, órgão de controle interno do RPPS e que possui certificação profissional da Secretaria da Previdência – SPREV.



DISCUSSÃO PARA ATUALIZAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL



Em 2024, a CGE, em parceria com a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e outros órgãos estaduais, desempenhou papel fundamental na atualização de legislações estratégicas, incluindo o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). As ações envolveram discussões sobre a criação do Conselho Estadual de Fomento e Colaboração e a revisão do decreto estadual que regulamenta parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

REGULARIDADE FISCAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

Com a publicação do Decreto N° 22.811/2024, que estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para a manutenção da regularidade fiscal, econômico-financeira e administrativa do Estado, a CGE promoveu reunião técnica com diretores administrativos e financeiros dos órgãos e entidades estaduais e a presença do secretário da Fazenda, Emílio Jr.

TRABALHO CONTÍNUO

A CGE realiza este trabalho de forma contínua com o objetivo de assegurar o correto cumprimento da legislação para que o Estado se mantenha adimplente e possa receber recursos federais e de operações de crédito.

CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO

Conforme o decreto, os órgãos e entidades deverão manter atualizada a regularidade fiscal, econômico-financeira e administrativa bem como atender a todas as exigências previstas no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais – CAUC da Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda.



ATRIBUIÇÃO DA CONTROLADORIA

Caberá à Secretaria de Estado da Fazenda do Piauí, por meio da Superintendência de Controladoria-Geral do Estado garantir o cumprimento das medidas descritas no Decreto e verificar regularmente se os órgãos e entidades estão seguindo as normas fiscais estabelecidas.

Art. 9º, Seção I - Decreto N° 22.811/2024

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAL E PREVIDÊNCIA

A Controladoria-Geral do Estado realizou ao longo de 2024, um trabalho intenso de acompanhamento quanto ao envio dos eventos de remuneração do eSocial, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas do governo federal.

MONITORAMENTO

Segundo dados da Gerência de Pessoal e Previdência da CGE, cerca de 81% dos órgãos do Poder Executivo Estadual transmitiram as remunerações dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) integralmente ao eSocial até a competência de novembro/2024; e em torno de 66% desses órgãos transmitiram em sua totalidade as remunerações dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

TRABALHO PREVENTIVO

O envio correto desses dados permite que as informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias sejam informadas adequadamente à Receita Federal e aos demais órgãos de controle. Isso evita prejuízos ao Estado por ocasião de eventuais penalidades e aos servidores que podem ter benefícios prejudicados caso haja inconsistência nas suas informações.

OBJETIVO

O objetivo é intensificar as ações de orientação e monitoramento em 2025 para que os órgãos atinjam 100% dos envios das remunerações, tendo em vista que a partir de janeiro/2025 as informações da DIRF (Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte) serão substituídas pelo eSocial e EFD REINF (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais).

ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO

Ao longo do ano, a CGE também realizou diversas reuniões com órgãos, a exemplo da PiauíPrev, Sesapi, Sasc, Seduc, entre outros, prestando assessoria para sanar inconsistências nas informações de pessoal e previdência, dos regimes RGPS e RPPS.



POLÍTICA ESTADUAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

O governador do Estado do Piauí, Rafael Fonteles, assinou o Decreto no 22.855, instituindo a Política Estadual de Atendimento ao Cidadão. O principal objetivo é promover a excelência no atendimento ao cidadão em todas as esferas da Administração Direta e Indireta do Estado, assegurando a garantia dos direitos e a participação ativa dos usuários de serviços públicos.

A Ouvidoria-Geral do Estado do Piauí, a Controladoria-Geral do Estado e a Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ETIPI são responsáveis pela implementação e fiscalização dessa política, tendo papel fundamental para garantir a transparência, eficiência e qualidade no atendimento ao cidadão.



CRIAÇÃO DO CONSELHO DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Em 2024, o Governo do Estado do Piauí, por meio da Ouvidoria-Geral do Estado (OGE-PI) e da Controladoria-Geral do Estado (CGE-PI), realizou um importante avanço na participação social ao divulgar o Edital de Chamamento Público N° 001/2024. A iniciativa teve como objetivo selecionar representantes dos usuários de serviços públicos para compor o Conselho de Usuários dos Serviços Públicos do Estado do Piauí (CEUSP), em conformidade com a Lei Federal N° 13.460/2017 e o Decreto Estadual N° 22.855/2024

O CEUSP foi estruturado com 30 membros, garantindo paridade entre representantes da sociedade e dos órgãos da Administração Estadual. Esse equilíbrio buscou fortalecer o diálogo entre governo e população, assegurando que as demandas dos cidadãos fossem ativamente consideradas na formulação e melhoria dos serviços públicos.



COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ENTRE ÓRGÃOS

Em 2024, a CGE, organizou encontros estratégicos entre as Secretarias da Educação (SEDUC) e da Saúde (SESAPI) visando ampliar as boas práticas de governança e implementar o Procedimento Administrativo Sancionador (PAS) na área da saúde.

A reunião destacou a SEDUC como referência, já que está em estágio avançado na adoção do PAS. A SEDUC está servindo de modelo para a SESAPI, e a CGE atua como facilitadora, impulsionando o processo de implantação do PAS na Saúde.



APERFEIÇOAMENTO DOS TRABALHOS

PLANO DE ATUAÇÃO PARA O TRIÊNIO 2024/2026

A Controladoria-Geral do Estado do Piauí, Superintendência da Secretaria de Estado da Fazenda, apresentou ao Secretário Emílio Jr., em março, o Plano de atuação para o triênio 2024/2026 com sugestões de atuação estratégica do controle interno do Poder Executivo, visando o fortalecimento da governança por meio de consultoria aos gestores estaduais para o aperfeiçoamento dos processos de gestão e elevação dos padrões de governança do Governo do Piauí.

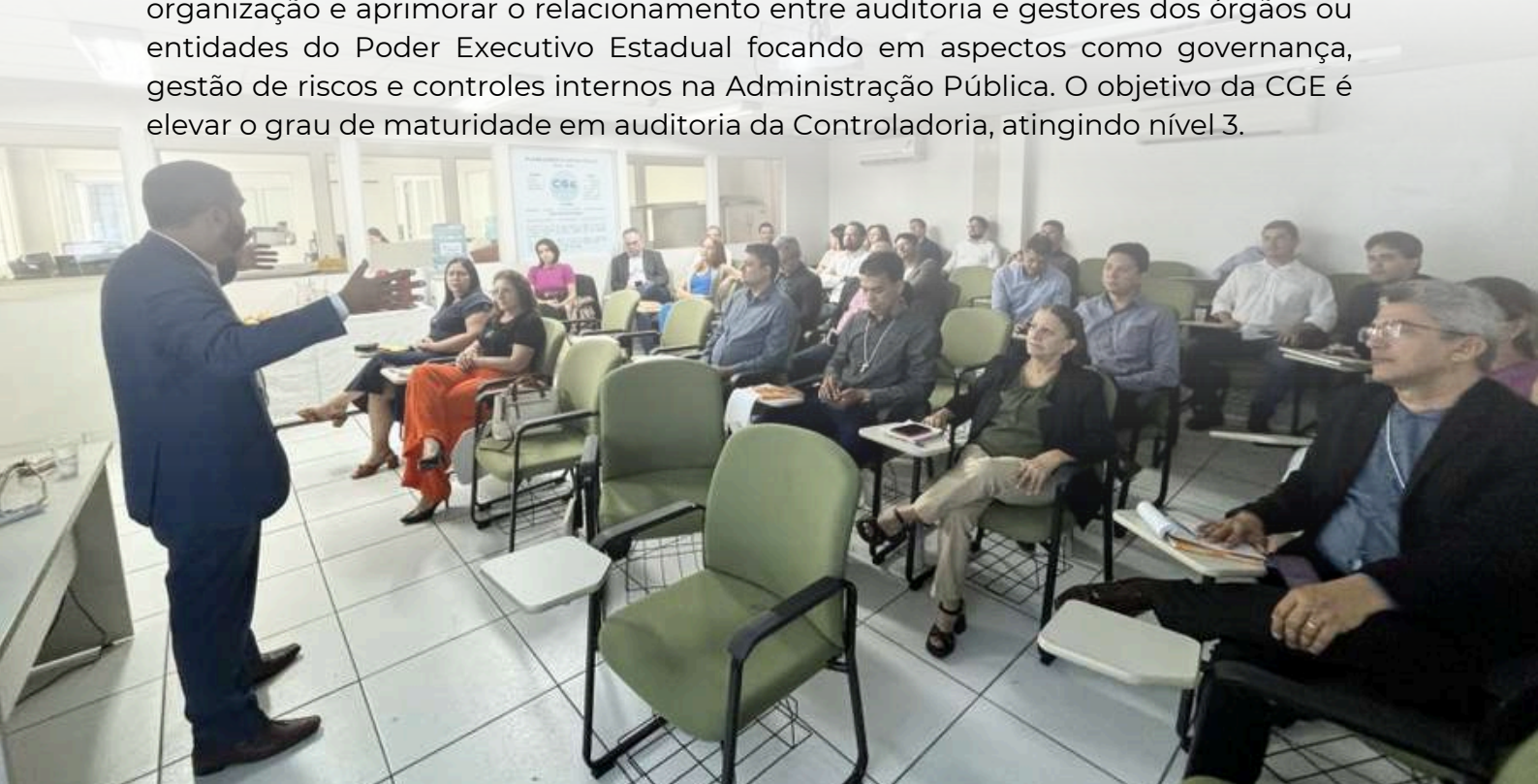


Entre os objetivos propostos estão o de aumentar a efetividade das políticas públicas, fortalecer o compliance, além de desburocratizar e simplificar processos, melhorando assim os índices do estado do Piauí, além de promover a ascensão do Piauí no Ranking de Competitividade dos Estados.

CONSULTORIA EM AUDITORIA

Nos dias 25 e 26 de março, os auditores governamentais da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – Superintendência de Controle (SUPCGE), participaram de um curso intensivo sobre “Consultoria em Auditoria”. Ministrado pelo renomado Professor Diocesio Sant’Anna, através da 77 Eventos e Treinamentos, a capacitação ocorreu em Teresina – PI.

O objetivo do curso foi capacitar a equipe de auditores governamentais para realizarem serviços de consultoria em auditoria, com o objetivo de contribuir com a organização e aprimorar o relacionamento entre auditoria e gestores dos órgãos ou entidades do Poder Executivo Estadual focando em aspectos como governança, gestão de riscos e controles internos na Administração Pública. O objetivo da CGE é elevar o grau de maturidade em auditoria da Controladoria, atingindo nível 3.



AUDITORES INSTRUTORES

Ao longo de 2024, auditores governamentais cumpriram seu papel de aprimoramento dos controles internos por meio de capacitações de servidores estaduais, uma ação integrada à Escola Fazendária.

NOVA LEI DE LICITAÇÕES EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Curso “Aspectos gerais da Nova Lei de Licitações para obras e serviços de Engenharia”, ministrado pelo Auditor Governamental da Controladoria-Geral do Estado, João Macêdo teve como público-alvo os servidores do Estado do Piauí que atuam no planejamento, acompanhamento e gestão de contratos de Obras e Serviços de Engenharia, e tem como objetivo aprimorar todas as etapas do controle da utilização dos recursos públicos.



INTEGRIDADE E COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO

O auditor governamental Hamon Stelitano, ministrou a parte introdutória do curso “Integridade e Compliance no Setor Público”, com o objetivo de orientar os servidores do Estado para a elaboração de programas de integridade e compliance efetivos nos órgãos e entidades do Poder Executivo.



A turma contemplou os servidores da Secretaria de Estado da Fazenda, em sua maioria auditores governamentais da Superintendência de Controladoria-Geral do Estado, para que desempenhem seu papel na identificação e mitigação de riscos, garantindo a conformidade e promovendo uma cultura organizacional ética e responsável.

PRÁTICA EM PESQUISA E FORMAÇÃO DE PREÇOS

O curso “Prática em Pesquisa e Formação de Preços”, ministrado pelos auditores governamentais Lauro Leal e Tailanna Costa, tem como foco elevar a eficiência das contratações públicas. Durante o curso, os instrutores compartilharam suas experiências e conhecimentos técnicos, proporcionando uma visão mais detalhada sobre as boas práticas na formação de preços.



O curso foi fundamental para esclarecer dúvidas e fornecer uma base sólida sobre como realizar pesquisas e elaborar planilhas de preços, fortalecendo a capacidade dos servidores de aplicar esses conhecimentos na prática.

NOVA LEI DE LICITAÇÕES EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

O curso “Fiscalização de Contratos Administrativos: uma abordagem prática”, apresentado pela auditora governamental e Gerente de Acompanhamento da Gestão e Regularidade Fiscal da Controladoria-Geral do Estado, Giovanna Garcia, destacou aspectos relacionados à Lei 14.133 bem como o Sistema Integrado de Controle Interno – SINCIN.

A capacitação foi voltada para fiscais de contratos administrativos dos mais diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, permitindo sanar dúvidas e trocar experiências.



TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E GESTÃO DE CONVÊNIOS

O Curso Fundamentos e Práticas em Transferências Voluntárias e Sistema de Gestão de Convênios (SISCON) foi ministrado pela Auditora Governamental Luciana Gomes para servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O objetivo foi apresentar a parte prática do sistema utilizado no âmbito do Poder Executivo Estadual para a gestão de repasses.



Embora o SISCON tenha sido substituído pelo Sistema Integrado de Gestão de Repasses Públicos (SIGRP), o antigo sistema ainda continua ativo para acompanhamento de processos em tramitação.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO

O curso “Transparência Pública: aplicação prática da Lei de Acesso à Informação e a plataforma Fala.BR” foi realizado para servidores do Estado que trabalham diretamente nos Serviços de Informações ao Cidadão – SIC e Autoridades de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI).



Ministrado pelo auditor governamental da Controladoria-Geral do Estado, Eduardo Fonsêca, juntamente com a assessora técnica Nayara Figueiredo, a capacitação levou abordagens relativas à Lei nº 12.527/2011 e o direito de acesso à informação no Brasil: conceitos, abrangência, operacionalização e classificação das Informações, bem como demais procedimentos relacionados ao atendimento da Lei de Acesso à Informação e utilização do Fala.BR no Estado. Também foi apresentada, na prática, a utilização do sistema Fala.br bem como exemplos práticos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O Curso “Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância”, foi promovido em 2024 para os membros dos Núcleos de Correição e demais servidores que trabalham direta ou indiretamente com Corregedoria.

Ministrado pelo Corregedor-Geral do Estado, Auditor Antônio Bacelar Jr., assuntos relevantes que norteiam o dia a dia da função foram apresentados, tais como legislações, procedimentos correcionais e jurisprudências dos Tribunais Superiores.



SISTEMA DE GESTÃO DE REPASSES (SIGRP)

O curso “Introdução ao Sistema Integrado de Gestão de Repasses-SIGRP”, ministrado pelo auditor Hamon Stelitano e o coordenador Vitor Rodrigues, teve o objetivo de apresentar a parte técnica e teórica do Sistema usar o sistema para o gerenciamento de recursos públicos disponibilizados por meio de convênios, e outros instrumentos similares.



PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES COM BASE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

A Lei 14.133/2021 trouxe importantes alterações que impactam diretamente as contratações públicas. Diante da necessidade de adequação da Nova Lei de Licitações no âmbito do Poder Executivo Estadual, foi promovido o Curso “Aspectos Gerais do Planejamento de Contratações para bens e serviços em geral da NLLC (Lei 14.133/2021)”.

O gerente de Avaliação e Auditoria da CGE, auditor governamental Bruno Figueiredo, ministrou orientou os servidores estaduais sobre os aspectos fundamentais e os principais cuidados na construção dos documentos de formalização e planejamento da contratação.



BALANÇO GERAL DE CAPACITAÇÕES



+ 1 MIL

**SERVIDORES DO ESTADO CAPACITADOS E
CERTIFICADOS DE JANEIRO A DEZEMBRO**

CURSO

TURMAS

✓ Aspectos Gerais da NLLC (Lei 14.133/21) para obras e serviços de engenharia	4
✓ Aspectos Gerais do Planejamento de Contratações para bens e serviços em geral da NLLC (Lei 14.133/2021)	3
✓ Fiscalização de Contratos Administrativos - Uma Abordagem Prática	10
✓ Fiscalização de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia	3
✓ Formação de Controlador Interno	1
✓ Fundamentos e Práticas em Transferências Voluntárias e Sistema de Gestão de Convênios (SISCON)	1
✓ Integridade e Compliance no Setor Público	2
✓ Introdução ao Sistema Integrado de Gestão de Repasses-SIGRP	6
✓ Prática em Pesquisa e Formação de Preços	5
✓ Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância	1
✓ Transparência Pública: aplicação prática da Lei de Acesso à Informação e a plataforma Fala.BR	4



6º FÓRUM PIAUIENSE DE CONTROLE INTERNO

A Superintendência de Controladoria-Geral do Estado, promoveu, em novembro, o 6º Fórum Piauiense de Controle Interno com o objetivo de promover a discussão sobre as práticas atuais de gestão e controle que promovam a eficiência e a resolutividade dos atos administrativos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Servidores de diversos órgãos do Governo do Estado, representantes de municípios do Piauí e de outros poderes, como o Ministério Público do Piauí (MPPI), o Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) e a Controladoria-Geral do Município de Timon, participaram ativamente do evento. Entre os municípios com presença confirmada no local, destacam-se Buriti (MA) e outros representantes regionais.

Contando com a presença de especialistas renomados, o evento abrirá com a palestra magna de Edmar Camata, presidente do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que abordará “Controle Interno: Agregando Valor à Gestão”. Outro destaque é a participação de Diocésio Sant’anna, que falará sobre “Consultoria pela Auditoria Interna”, oferecendo insights fundamentais para os servidores públicos.

Além das palestras técnicas, a programação da tarde inclui uma palestra sobre “Competências e Habilidades Socioemocionais Aliadas ao Bom Desempenho Profissional”, ministrada por Eliene Pierote, Mestre e Doutora em Educação e Psicopedagoga e uma palestra motivacional de Neyara Pinheiro e Adriana Rodrigues, que abordarão o tema “Comunicação Expandida: A comunicação além da fala”.



PRÊMIO DESTAQUE DO CONTROLE INTERNO

O Prêmio Destaque do Controle Interno foi entregue durante o 6º Fórum Piauiense de Controle Interno, aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que mais se destacaram por sua atuação no ano de 2024. O Secretário da Fazenda do Piauí, Emílio Júnior e a Controladora-Geral do Estado, Amparo Esmério, fizeram a entrega dos prêmios aos gestores e membros dos Núcleos de Controle Interno de nove órgãos e entidades em três categorias que levaram em consideração o volume de recursos administrados em 2024.

Os critérios para a concessão do prêmio foram definidos pela CGE e foram estabelecidos em portaria, com base em critérios como o volume de recursos analisados por meio do Sistema Integrado de Controle Interno (SINCIN), na quantidade de processos analisados e no Índice de Produtividade Final de cada Núcleo.

A Defensoria Pública do Estado do Piauí também foi homenageada durante o evento com a entrega de premiação por ser um órgão que apesar de sua posição de autonomia financeira e administrativa, também tem demonstrado notável compromisso com a eficiência administrativa e a transparência ao usar o SINCIN para as análises de seus processos.



DESTAQUE DO CONTROLE INTERNO

CATEGORIA: ÓRGÃOS/ ENTIDADES QUE ADMINISTRARAM ACIMA DE 400 MILHÕES DE REAIS EM 2024.

- 1 Secretária de Estado dos Transportes - SETRANS
- 2 Secretária da Saúde do Estado - SESAPI
- 3 Secretária da Educação do Piauí - SEDUC



DESTAQUE DO CONTROLE INTERNO

CATEGORIA: ÓRGÃOS/ ENTIDADES QUE ADMINISTRARAM ENTRE 100 MILHÕES E 400 MILHÕES DE REAIS EM 2024.

- 1 Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH
- 2 Secretária da Fazenda do Piauí - SEFAZ
- 3 Secretária de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI



DESTAQUE DO CONTROLE INTERNO

CATEGORIA: ÓRGÃOS/ ENTIDADES QUE ADMINISTRARAM VALOR INFERIOR A 100 MILHÕES DE REAIS

- 1 Delegacia Geral do Piauí
- 2 Instituto de Terras do Piauí - INTERPI
- 3 Secretária do Planejamento - SEPLAN



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Toda e qualquer divulgação e vinculação da imagem da CGE/PI está alinhada às diretrizes de comunicação do órgão, bem como da Coordenadoria de Comunicação do Estado de Piauí.

Para alcançar a compreensão dos cidadãos e um relacionamento com a imprensa, a CGE trata os acontecimentos com uma linguagem dinâmica e transparente através dos perfis institucionais nas seguintes mídias sociais digitais: Instagram, Facebook, Youtube, WhasApp, além do site institucional.



Portal

PORTAL.PI.GOV.BR/CGE

153

matérias
jornalísticas



WhatsApp

**COMUNICAÇÃO
INTERNA**

Divulgação das atividades e informações para facilitar e ampliar a **comunicação interna** através dos grupos institucionais

CORREIÇÃO E DISCIPLINA

REGULAMENTAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO NO PIAUÍ

O Piauí regulamentou em 2024, a Lei Anticorrupção, por meio do Decreto estadual 22.677, de 15 de janeiro de 2024, que disciplina, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Piauí, a aplicação da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública. Uma solenidade na sede da Controladoria-Geral da União (CGU), em Teresina, realizada em março, marcou a assinatura do Decreto.

CAPACITAÇÃO

Em abril, servidores que atuam na Corregedoria-Geral do Estado, participaram do Curso de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR). A capacitação, promovida pela Secretaria de Integridade Privada da Controladoria-Geral da União, em Teresina, foi realizada entre os dias 23 e 25 de abril. O curso abordou os fundamentos da Lei Anticorrupção, os atos lesivos nela contidos, assim como a condução dos PAR e as sanções.



NOVA REGULAMENTAÇÃO DE PROCESSOS CORRECIONAIS POR MEIO DO DECRETO ESTADUAL Nº 22.959/2024

A Controladoria-Geral do Estado do Piauí, por meio da Corregedoria-Geral, formalizou o Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual com a publicação do Decreto Nº 22.959/2024, visando organizar as atividades de correição do Poder Executivo sob a forma de um sistema coordenado e harmonizado, aumentando a eficiência e a padronização dos processos correicionais.

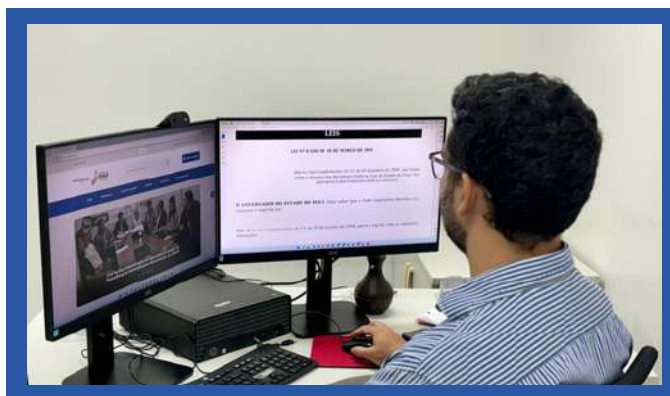


O Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual abrange atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades cometidas por servidores públicos, utilizando instrumentos como a investigação preliminar, inspeções, sindicâncias patrimoniais, sindicâncias investigatórias, sindicâncias punitivas e processos administrativos disciplinares.

Conforme o Decreto, o Sistema de Correição é composto pela Controladoria-Geral do Estado, atuando como Órgão Central; pelos Núcleos de Correição; e pelas Comissões Disciplinares. Os membros desses núcleos e comissões são subordinados administrativamente ao dirigente máximo de cada órgão ou entidade, e tecnicamente à CGE.

FORMALIZAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA POR MEIO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O primeiro Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com servidor público que responde a Processo Administrativo Disciplinar (PAD) foi formalizado no mês de junho. O TAC consiste em um instrumento de resolução consensual de conflitos, utilizado como alternativa a procedimentos disciplinares em casos de transgressões de menor potencial ofensivo.



Termo de Ajustamento de Conduta foi incorporado à Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos), por meio da alteração promovida pela Lei Estadual nº 8.320, de 18 de março de 2024. A nova legislação é fruto de um projeto de lei de iniciativa da Corregedoria-Geral do Estado do Piauí da CGE.

O objetivo da medida é promover a eficiência e a racionalização do uso dos recursos públicos, oferecendo, sob condições previstas em lei, uma alternativa ao rito disciplinar tradicional. Por meio do TAC, o servidor pode reconhecer o ilícito administrativo, ajustar sua conduta e ressarcir eventuais prejuízos ao erário.

REGULAMENTAÇÃO DE DOAÇÃO DE BENS A INSTITUIÇÕES SOCIAIS POR SERVIDORES ESTADUAIS

A Controladoria-Geral do Estado do Piauí publicou no final de 2024, a Portaria nº 15/2024, que regulamenta a destinação de bens a entidades públicas ou privadas com finalidade social, decorrentes da formalização de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) por servidores do Poder Executivo Estadual. A medida visa disciplinar a prática e promover um impacto social positivo no contexto de processos administrativos disciplinares.

A portaria aplica-se ao sistema de correição do Executivo Estadual, incluindo a Controladoria-Geral do Estado e os núcleos de correição dos órgãos estaduais. A medida prevê que os bens doados sejam destinados a instituições de caridade ou outras entidades com finalidade social, atendendo às demandas dessas organizações.

Considera-se com finalidade social as atividades de caráter essencial à assistência social, saúde ou educação, podendo ser doados cestas básicas, alimentos, fraldas, materiais de higiene pessoal e demais materiais de consumo ou permanentes que sejam essenciais para o funcionamento das instituições beneficiadas. A portaria deixa claro a vedação à destinação de valores monetários, seja em dinheiro ou transferência bancária “em qualquer hipótese”.

CORREGEDORIA EM NÚMEROS

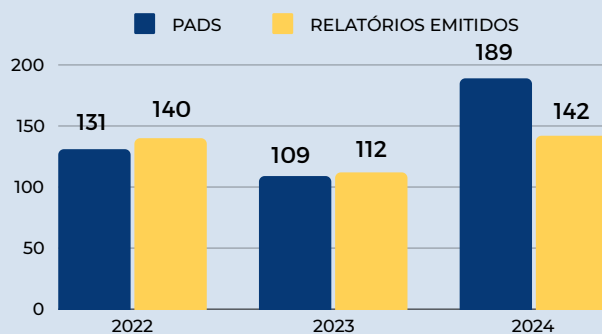
189

**Processos Administrativos
Disciplinares instaurados para
apuração de responsabilidade
funcional de servidores**

142

Relatórios emitidos

COMPARATIVO 2022 A 2024



SECRETARIA
DA **FAZENDA** - SEFAZ



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

SEFAZ.PI.GOV.BR



/sefazpi